

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NO MODERNO SISTEMA MUNDIAL

Autor: Carlos Eduardo Martins

Resumo: Nesse trabalho buscamos avaliar a temática do desenvolvimento latino-americano à luz dos processos de globalização. O subdesenvolvimento e a exclusão social são marcas profundas da região e condicionaram profundamente seu pensamento. Para isso revisitamos os principais enfoques surgidos na região ou que sobre ela exerceram forte impacto dedicados a interpretar suas origens e propor caminhos de sua superação. Destacamos o desenvolvimentismo, a teoria da dependência, o endogenismo, o neodesenvolvimentismo, o neoliberalismo e a teoria do sistema mundial como os principais enfoques que se dedicaram a esta temática. Nos posicionamos no âmbito destes debates utilizando a história como um posto privilegiado de observação.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NO MODERNO SISTEMA MUNDIAL

Carlos Eduardo Martins*

A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO: PASSADO E PRESENTE

O tema do desenvolvimento ganhou forte projeção na economia mundial no pós-guerra. Ele significou um consenso na agenda internacional ao buscar atender a distintos interesses e necessidades. A crise da hegemonia britânica resultou num caos sistêmico que desarticulou profundamente o moderno sistema mundial. A recuperação da economia mundial, que se inicia em fins dos anos 30, chega a um impasse com o término da 2ª Guerra Mundial. Ela estava fortemente baseada na expansão dos gastos militares e concentrada nos Estados Unidos. Para que se sustentasse era necessário resolver os diversos problemas deixados pelo fim da hegemonia britânica que estavam travando a expansão do mercado mundial. Para isto era fundamental: estabelecer um novo padrão monetário mundial que reativasse os créditos e os sistemas de pagamentos internacionais; recuperar as economias européias e sua capacidade de importação, afetadas pela destruição da guerra e pela perda das rendas coloniais provocadas pela crise e dissolução dos seus impérios; e responder às reivindicações de desenvolvimento e/ou autodeterminação dos distintos movimentos nacionalistas dos países periféricos que ameaçavam a divisão internacional do trabalho organizada pelo capitalismo histórico.

O desenvolvimento vai se tornar um dos temas chaves da organização da hegemonia estadunidense e será juntamente com a autodeterminação o principal eixo ideológico de sua capacidade de coordenação sistêmica dos países periféricos, enquanto que a defesa das liberdades e de sua irredutibilidade à igualdade será o fundamento ideológico da ação sistêmica que exercerá sobre os países centrais e semiperiféricos, dividindo, de um lado, os movimentos sociais-democratas e socialistas e, de outro, os comunistas. As teorias da modernização terão papel-chave na extensão do poder ideológico dos Estados Unidos à periferia. Através delas busca-se conciliar o nacionalismo dos países periféricos com a reformulação das estruturas de poder do sistema mundial. O liberalismo e o keynesianismo militar, com os quais os Estados Unidos irão ocupar militarmente a Europa Ocidental

* Doutor em Sociologia (USP), investigador do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) e da REGGEN.

articulando *warfare* e *welfare* através da Guerra Fria, serão, por sua vez, os principais instrumentos ideológicos de persuasão dos países centrais e semiperiféricos à sua hegemonia.

As respostas ao caos sistêmico dos anos 30 e 40 e aos resultados alcançados pelas formulações de desenvolvimento periférico originadas e inspiradas pela hegemonia estadunidense marcarão amplamente as ciências sociais e a política latino-americanas e mundiais nos anos 50, 60 e 70. A crise da economia mundial e a derrota dos movimentos anti-sistêmicos durante os anos 80 e grande parte dos 90, obscureceram conjuntamente esse debate em favor da estabilização e das políticas anti-inflacionárias. Mas a retomada da expansão da economia mundial traz uma nova ofensiva dos movimentos anti-sistêmicos e a necessidade de se rediscutir os rumos do desenvolvimento nacional, regional e mundial. A temática do desenvolvimento ressurgiu globalmente enriquecida pela questão ecológica e democrática, entendida não apenas em seu sentido político ou ambiental, mas também social, econômico e cultural.

Nesse trabalho, faremos um balanço, à luz dos processos de globalização e da evolução histórica do moderno sistema mundial, das propostas de desenvolvimento que partiram dos principais enfoques de articulação da periferia ao capitalismo global. Entre eles, destacaremos o nacional-desenvolvimentismo, as teorias da modernização, as teorias da dependência, o endogenismo, o neodesenvolvimentismo, o neoliberalismo e as teorias do sistema mundial. Não é nossa intenção fazer um balanço exaustivo desses amplos debates, mas sim tomar em consideração algumas de suas principais formulações, situando aí as diversas contribuições latino-americanas.

O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E AS TEORIAS DA MODERNIZAÇÃO.

O nacional-desenvolvimentismo surge da crise da hegemonia britânica e de sua divisão internacional do trabalho, que especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras. Essa especialização era legitimada pela teoria das vantagens comparativas formulada por David Ricardo. Segundo esse autor, o comércio internacional era uma forma de maximizar o bem-estar, pois aumentaria a produtividade e desvalorizaria as mercadorias, conservando, ao mesmo tempo, as rendas. Para isso ocorrer cada país deveria se especializar na geração das mercadorias em que tivesse maior vantagem comparativa e o comércio entre eles permitiria difundir a cada um os benefícios da maior produtividade do trabalho¹.

¹ A especialização de um país, segundo a teoria ricardiana, é determinada pelo maior diferencial de produtividade que puder alcançar na geração de um produto em relação às várias alternativas possíveis de especialização. A condição para que haja comércio internacional é a de que exista, nos diversos Estados, relações de produtividade distintas entre os vários produtos, de tal forma que, para seguir o exemplo de Ricardo, a exportação de vinho português permita a Portugal obter mais tecidos do que poderia produzir internamente, e a Inglaterra obter mais vinho com a venda de tecidos do que seria capaz de alcançar por conta própria.

No enfoque ricardiano, capital e trabalho possuem mobilidade internacional residual e limitada e o comércio seria a forma exclusiva de difundir a elevação da produtividade. A suposta imobilidade internacional do capital e do trabalho leva Ricardo a postular a inaplicabilidade da teoria do valor às relações econômicas internacionais. Essa limitação reduziria fortemente a competitividade entre os diversos capitais, desde que estes buscassem a especialização. A redução dos custos de produção num Estado não ameaçaria outras estruturas de produção nacionais em razão de sua complementaridade. O barateamento das peças de tecido obtida pelo produtor britânico em relação ao vinho, permitiria aos portugueses participar dos resultados desse esforço pelo encarecimento relativo de sua mercadoria de exportação no mercado inglês. Os frutos do progresso técnico poderiam ser então divididos ao se estabelecer um preço para o tecido que permitisse tanto a ingleses obter mais vinho como a portugueses mais vestimentas. A especialização poderia dividir os países em industriais e agrícolas, pois não geraria resultados negativos àqueles que se dedicassem à atividades menos intensivas em progresso técnico.

Esse esquema ricardiano, desenvolvido com certa ambiguidade e hesitação pelo autor, partidário da industrialização britânica, foi convertido num modelo abstrato pela teoria neoclássica, sem maior preocupação com a realidade histórica. O modelo Ohlin-Samuelson avança as pretensões generalizantes do esquema ricardiano e propõe a especialização dos países, não a partir de vantagens comparativas na produção de mercadorias, mas na dotação de fatores de produção. Propõe-se abertamente a especialização dos países com elevada concentração de capital na indústria e daqueles abundantes em terras e trabalhadores na agricultura (Vilarreal, 1979).

Essas teses se tornaram um axioma do liberalismo econômico. Elas respaldaram amplamente a difusão do padrão ouro, a abertura comercial e da conta capital² e as políticas monetárias ortodoxas na economia-mundo. Entretanto, a realidade se desenvolvia de forma distinta ao cenário róseo e harmônico que propunham. Ao contrário do que afirmava as teorias das vantagens comparativas, o resultado dessas práticas era um lento e progressivo descenso dos preços dos produtos primários em relação aos industriais, que se acelerava durante as crises da economia mundial. De 1876-80 a 1911-13, os preços dos produtos primários haviam se deteriorado em relação aos produtos industriais, caindo de um índice 100.0 para 85.8. Esse índice se deteriora ainda mais durante a crise do entre-guerras, alcançando 64.1 em 1936-38³.

² Embora se considerasse a circulação de capitais limitada e residual, não deveria haver barreiras para a sua ocorrência, pois ao se efetivar contribuiria para a difusão de produtividade gerada pelo comércio internacional.

³ Veja-se o texto clássico de Raúl Prebisch, *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1949), escrito como introdução ao *Estudio económico de la América Latina 1948* e incluído na antologia comemorativa dos 50 anos do pensamento da CEPAL.

A perda de renda dos países periféricos criou barreiras cada vez maiores para a sustentabilidade do crescimento econômico⁴. A solução ortodoxa para a crise do balanço de pagamentos era a deflação e a redução da demanda interna. As tensões sociais se acumularam e deram lugar a movimentos revolucionários que buscarão redirecionar o Estado nacional para impulsionar a industrialização na América Latina, ou, na Ásia e África, conquistar o direito à autodeterminação e impulsionar a partir do Estado nacional a modernização do país. Os resultados desses processos revolucionários foram díspares. Eles vão depender da existência de uma burguesia nacional que utilize as brechas deixadas pela crise do imperialismo e das oligarquias agro-exportadoras para impulsionar o desenvolvimento econômico. Para isso deverá reestruturar o Estado e mudar o paradigma de políticas públicas, direcionando-o para a construção da infra-estrutura e das condições institucionais necessárias à industrialização. Esse tema foi amplamente analisado, na América Latina, pelas obras de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, e na África, por Frantz Fanon.

O processo de reformulação do Estado e de suas políticas públicas, que se estenderá pelos anos 40 e 50, se conjugou com a afirmação de novo paradigma teórico que reinterpretava as relações econômicas internacionais e o papel nela jogado pela América Latina, propondo os caminhos de uma nova forma de inserção mundial a partir de uma redefinição das políticas internas. Esse paradigma será o nacional-desenvolvimentismo que terá sua mais alta expressão e seu centro de difusão na CEPAL. Os grandes formuladores do pensamento cepalino, em sua fase inicial, serão Raúl Prebisch e Celso Furtado⁵. Eles desfecharão um forte ataque ao liberalismo e à teoria das vantagens comparativas, propondo a industrialização como solução para os impasses do desenvolvimento periférico. Essa industrialização seria organizada a partir da liderança do Estado diante da debilidade burguesia nacional para trilhar, por conta própria, os caminhos do empresário schumpeteriano e do desinteresse do capital estrangeiro em industrializar a periferia. Para fazê-lo, o Estado estabeleceria as políticas de substituição de importações. Essas políticas buscavam internalizar a produção industrial de

⁴ A Argentina, exemplo por excelência de adesão à hegemonia britânica e ao padrão ouro, tem fortemente reduzido o seu crescimento econômico *per capita* que passa de 2,9% no período de 1900-11 para 0,7% entre 1912-29, e se torna negativo em 1930-38. O Brasil consegue melhor resultado ao usar o seu poder monopólico sobre a oferta internacional de café para realizar uma política de defesa de seus preços internacionais, comprando os excedentes do produto mediante a emissão e desvalorização da moeda nacional. A queda do dinamismo da economia brasileira é menor, passando de um crescimento *per capita* de 1,9%, entre 1900-10, para 1,4% durante 1911-1929 (Maddison, 1997: 280).

⁵ Prebisch formula as bases do pensamento cepalino entre 1943-49, após sua experiência como secretário de finanças na Argentina nos anos 30, quando vislumbra a insuficiência de sua formação neo-clássica para lidar com a crise que se abate sobre o país e que se manifesta sob a forma de uma aguda crise do balanço de pagamentos, associada à deterioração dos preços e volume de mercadorias exportadas pela Argentina. Segundo Otávio Rodrigues (1980), ele propõe em 1943 a adoção de uma política industrial deliberada e, em 1946, usa pela primeira vez o conceito de centro-periferia.

mercadorias que se consumia mediante importação. Tratava-se então de substituí-la pela produção nacional. Para isso seria necessário uma ativa intervenção do Estado no comércio exterior e no controle das divisas obtidas com a exportação, redirecionando seu uso de fonte de importação de produtos de consumo suntuário para o financiamento à industrialização nacional.

A industrialização de substituição de importações era um processo definido em três grandes etapas: a substituição de bens de consumo leves, de bens de consumo duráveis e de bens de produção. Entretanto, cada etapa de substituição, se liberava a pauta importadora dos produtos que se produzia internamente, criava novas necessidades de importação relacionadas aos insumos necessários para internalizar a produção. O processo caminhava no sentido de uma crescente rigidez das necessidades de importar que se deslocavam dos bens de consumo para os produtos intermediários e os bens de capital. O equilíbrio entre as divisas obtidas com a exportação, oriundas da venda de produtos primários, e os recursos necessários para realizar a importação de maquinarias, bens intermediários e matérias-primas industrializadas, tornava-se extremamente complexo, exigindo uma alta capacidade de planejamento por parte do Estado.

Como era possível realizar esse equilíbrio entre uma pauta exportadora, intensiva em produtos primários, e outra importadora, intensiva em componentes industriais, se esses autores cepalinos realizavam uma pesada crítica à teoria das vantagens comparativas ao afirmarem a deterioração dos termos de troca entre produtos primários e industrializados? Para respondermos essa questão é necessário nos determos na explicação que davam ao fenômeno da deterioração dos termos de troca.

Para Prebisch e Furtado, a deterioração dos termos de troca se explicava pelos seguintes fatores:

a) Pela baixa elasticidade-renda dos produtos primários. A oferta de produtos primários encontrava limites na crescente rigidez da demanda que se apresentava a partir de um certo grau de industrialização e de expansão da renda dos indivíduos. O avanço da industrialização provocava a substituição crescente dos produtos primários por matérias primas sintéticas que contavam com níveis crescentes de elaboração industrial. Por outro lado, o aumento dos níveis de renda provocava uma propensão decrescente dos indivíduos a consumir produtos primários. Esses eram progressivamente substituídos por produtos manufaturados e semi-manufaturados e a própria alimentação tornava-se crescentemente industrializada e intensiva na utilização de produtos químicos. Contribuía ainda para a restrição à demanda dos produtos exportados aos centros pela periferia, a mudança do centro cíclico da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. Este restringe seus coeficientes de importação por meio de

barreiras protecionistas e impulsiona uma agricultura altamente intensiva em progresso técnico que se combina internamente com o desenvolvimento da indústria;

b) Pelo excedente de mão-de-obra rural dos países periféricos que deriva da inelasticidade da exportação de produtos primários da periferia, mas também de uma estrutura fundiária herdeira do colonialismo, como enfatizará Celso Furtado. Este excedente pressiona negativamente os salários, repercutindo nos preços finais dos produtos, entendidos como a soma de custos dos fatores de produção (capital, terra e trabalho). Configura-se na periferia uma estrutura produtiva dual. De um lado, se desenvolve um setor agro-exportador moderno e capitalizado, voltado para o mercado internacional e apoiado por uma industrialização espontânea e incipiente, limitada ao suporte ao aparato exportador e ao atendimento de segmentos restritos do mercado interno. De outro lado, se estabelece um setor agrícola de subsistência, de baixa produtividade, que não é absorvido pelo mercado interno e serve de refúgio à mão de obra durante as crises cíclicas;

c) Pelos diferenciais de organização entre os empresários e trabalhadores dos países centrais, de um lado, e periféricos, de outro lado, para defenderem os preços de seus fatores de produção. O alto grau de concentração da propriedade e de mobilização dos trabalhadores e empresários dos países centrais impulsiona o dinamismo tecnológico e lhes permite evitar que as reduções de custos sejam repassadas aos preços. Na periferia, o excedente de mão-de-obra restringe a organização dos trabalhadores e sua pressão por aumentos de salários. O resultado é um desestímulo à inovação tecnológica por parte do empresário que não vê necessidade de reduzir os custos da força de trabalho pela via do progresso tecnológico. Nos países centrais, inversamente, a pressão por maiores salários estaria na origem do dinamismo tecnológico buscado pelos empresários para poupar mão-de-obra. Entretanto, a elevação da demanda interna permitiria conservar o pleno emprego e os diferenciais de remuneração entre capital e trabalho.

O intercâmbio desigual, que significa a redução de custos não repassada aos preços dos produtos manufaturados, e a deterioração dos termos de troca, que representa a queda dos preços dos produtos primários em relação aos industrializados eram o resultado da preservação da articulação da periferia a uma divisão internacional do trabalho decadente. A industrialização surgia como a solução para esses problemas. Mas realizá-la requeria alto grau de planejamento.

Prebisch e Furtado distinguiam uma tendência natural da periferia a industrializar-se. A esse processo designaram industrialização espontânea. Ela era impulsionada pelas crises cíclicas e pela inflação, mas gerava desequilíbrios no balanço de pagamentos e sacrifícios à população. Nos períodos de miguante do ciclo, os preços dos produtos primários caíam em relação aos

manufaturados, conduzindo a crises do balanço de pagamentos. As dificuldades em impor processos deflacionários para corrigir esses desequilíbrios, levavam os governos a buscar a alternativa das desvalorizações cambiais e dos processos substitutivos de importações. Essa alternativa criava uma proteção ao mercado interno, permitindo o desenvolvimento da indústria local. Essa indústria se expandia, como menciona Celso Furtado, em seu primeiro artigo econômico, *Características gerais da economia brasileira* (1950), durante as crises do setor exportador. Nos períodos de crescimento do ciclo, a relação de preços se invertia. Os preços dos produtos primários subiam em relação aos dos produtos manufaturados. Esse fenômeno conduzia a ilusões monetárias e a gastos com importação que não podiam se sustentar se computado o ciclo em seu movimento de conjunto, pois durante a sua totalidade as tendências prevaletentes eram de queda dos preços dos produtos primários. A indústria desenvolvia-se em movimentos de *stop and go* e tendia à estagnação em razão da escassez de divisas para importar.

Para resolver esses impasses que bloqueavam o desenvolvimento periférico era necessário buscar-se um processo de industrialização de substituição de importações dirigido pelo Estado. Essa direção era indispensável em razão da escassez de poupança para importar os insumos necessários para internalizar a industrialização na periferia. O planejamento deveria captar recursos, dirigir e orientar sua utilização, reduzindo o desperdício e estabelecendo prioridades que tomassem em consideração a elevação da produtividade e da renda desses países. Era crucial mudar a composição das importações realizadas durante o processo de industrialização espontânea. Isso exigia restringir drasticamente as importações de bens de consumo suntuário e direcionar os recursos disponíveis para viabilizar os investimentos que conjugassem a maior elevação da produção e da renda, criando os excedentes necessários para a compra de maquinarias e equipamentos. As bases desse projeto foram lançadas por Prebisch em *El Desarrollo Económico de la America Latina y Algunos de sus Principales Problemas* (1949), escrito como introdução ao *Estudio Económico de America Latina 1948*. Através dele pretendia-se resolver os impasses que marginalizavam os países periféricos dos frutos do progresso técnico da economia mundial. Os eixos fundamentais desse projeto podem ser descritos da seguinte forma:

a) A industrialização planejada aumentaria a produtividade do trabalho nas economias periféricas, resolvendo ao mesmo tempo, em grande parte, o problema da deterioração dos termos de troca ao absorver a mão-de-obra excedente dessas economias. Isso seria alcançado com o deslocamento para ela do contingente de pessoas não ocupadas pela agricultura, ou empregadas em atividades de baixa produtividade da economia em seu conjunto. A indústria ao pagar melhores

salários pressionaria ainda o restante das atividades a elevar a remuneração de seus trabalhadores e a produtividade para pagá-los. O direcionamento da economia para níveis de pleno emprego traria o aumento do poder de organização de trabalhadores e empresários e uma maior capacidade de defesa dos preços dos produtos de exportação que poderia se desenvolver mediante a cooperação entre os países exportadores, a ação de organismos econômicos internacionais e acordos regionais de integração; e

b) O recurso ao capital estrangeiro seria indispensável para viabilizar a industrialização substitutiva. Sua utilização deveria respaldar o pagamentos de serviços, que implicava, mediante o crescimento do produto. Ele deveria complementar provisoriamente os esforços nacionais de geração de poupança, mas a medida que os diferenciais de produtividade e de renda entre centro e periferia fossem se reduzindo, a participação desse capital no processo de industrialização iria se tornando cada vez menor. A necessidade de participação do capital estrangeiro se daria enquanto a periferia não alterasse substancialmente a composição de sua pauta de exportações, pois a baixa elasticidade dos produtos primários implicava que a deterioração dos termos de troca não poderia ser resolvida apenas pela absorção do excedente de mão-obra rural pela indústria, significando uma dependência externa aos ciclos das economias centrais e seus centros de decisão.

Entretanto, os resultados desse processo foram diferentes do esperado. A elevação das importações necessárias ao desenvolvimento da industrialização conduziu a fortes pressões sobre as divisas e exigiu uma participação crescente do capital estrangeiro no seu financiamento e investimento. Essa conjuntura estabeleceu uma forte crise no pensamento nacional-desenvolvimentista que a partir daí entra em ocaso. O nacional-desenvolvimentismo não atribuía um papel crescente na organização da industrialização ao capital estrangeiro. Interpretava esse capital a partir do esquema ricardiano, supondo a relativa imobilidade internacional dos fatores de produção. Seu papel seria apenas o de complementar a poupança interna, devendo se submeter ao planejamento nacional que determinaria as formas de sua utilização. Ao Estado caberia, portanto, não apenas a gestão do comércio exterior e da poupança nacional. A ele também caberia o investimento na geração da infra-estrutura básica em energia, transportes e siderurgia para a industrialização e desenvolvimento do mercado interno, diante do baixo nível de concentração do capital nacional e da falta de interesse do capital estrangeiro em realizá-los.

Esse enfoque esposado pelo pensamento cepalino em seus primórdios, que sublinha a relativa imobilidade do capital estrangeiro, impediu a visão da lógica global da circulação do capital. Sua entrada na economia periférica era percebida como uma poupança que aqui se aplicava e que, apesar

dos pagamentos de serviços que supunha, contribuía de forma consistente para a elevação dos recursos nacionais disponíveis para investir⁶.

A decepção com os resultados da industrialização de substituição de importações é patente nos escritos de Celso Furtado dos anos 60, dos quais *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) e *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967) são a melhor expressão. Ele afirma que o capitalismo latino-americano havia chegado ao limite de expansão ao esgotar-se o dinamismo da industrialização de substituição de importações. Segundo Furtado, esse capitalismo não havia rompido com o subdesenvolvimento que define como uma formação social incapaz de internalizar os centros de decisão da economia nacional, composta por estruturas internas duais, onde o setor moderno não se expande o suficiente para eliminar a desocupação ou subocupação e absorver os segmentos pré-capitalistas. O dilema das economias latino-americanas era capitalismo e estancamento ou socialismo e desenvolvimento.

Para o autor, a industrialização dos anos 50 havia criado um novo dualismo. A razão fundamental disso estava no fato de que ela tinha se baseado em tecnologias poupadoras de mão-de-obra, de alta densidade de capital, adequadas aos países centrais, aos seus níveis de renda e a grande expansão do setor de serviços, mas não aos países periféricos. Dessa forma, ela não absorvia o excedente de mão-obra rural e ainda criava nos centros urbanos outros excedentes, manifestos nas altas taxas de desemprego urbano *disfarçado*, que significam uma grande alocação de população urbana em segmentos de baixa produtividade. A questão da deterioração dos termos de troca permanecia sem ser resolvida pela industrialização de substituição de importações. Elevava-se a concentração de renda e mantinha-se um setor exportador que não fornecia suporte à elevação da relação capital-trabalho. O esgotamento da substituição dos bens de consumo leves e o redirecionamento da substituição de importações em direção aos bens de consumo duráveis e aos bens de capital produzia fortes desequilíbrios no balanço de pagamentos da periferia. Para solucioná-los era necessário incrementar os níveis de proteção da economia nacional. O resultado era o encarecimento dos bens de capital. A sua produção interna passava a exigir uma forte elevação dos

⁶ Nesse sentido, Prebisch afirma em *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas* (1948):

“Si en algunos países de América Latina há podido alcanzarse un grado de productividad tan satisfactorio que, mediante una política juiciosa, permitiría reducir a proporciones moderadas la necesidad del capital extranjero, para suplir las deficiencias del ahorro nacional, en la mayor parte de ellos se reconoce que el concurso de esse capital es indispensable [...] Si su aplicación es eficaz, el incremento de productividad, con el andar del tiempo permitirá desarrollar el propio ahorro y substituir con él al capital extranjero, en las nuevas inversiones exigidas por las innovaciones técnicas y el crecimiento de la población [...] Mientras no se resuelva el problema fundamental del comercio exterior, será preciso cuidar que las inversiones de capitales en dólares, si no es posible aplicarlas al desarrollo de las exportaciones en igual moneda, se apliquen a reducir, directa o indirectamente, las importaciones en dicha moneda, a fin de facilitar el pago futuro de los servicios correspondientes” (CEPAL, 1998:102-109).

preços relativos da economia nacional para compensar os altos preços de importação dos insumos que a viabilizavam e os reduzidos mercados internos que levavam à sua subutilização produtiva. Tudo isto conduzia à elevação da relação capital–produto na economia como um todo, baixando a taxa de lucro e levando à estagnação. A contrapartida desse processo era a formação de uma oligarquia rentista que se apropriava da gestão do Estado, utilizando a sua ação abrangente sobre a economia para elevar suas rendas sem o correspondente aumento da produtividade.

A percepção da crise do modelo de substituição de importações também acompanhou outros autores cepalinos, como Maria da Conceição Tavares.

Maria da Conceição Tavares, em seu livro clássico, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1964), afirma o esgotamento do modelo de substituição de importações, mas não do capitalismo na América Latina⁷. Para ela, a partir do terceiro período da substituição de importações, surgido desde 1954, o crescimento do produto industrial exige altas taxas de formação de capital que somente podem ser obtidas com as entradas de capital estrangeiro ou por meio do incremento do poder de compra das exportações. Para alcançar uma melhoria nas relações de troca era necessário resolver o problema da absorção da mão-de-obra excedente e diversificar as exportações incorporando crescentemente produtos manufaturados. Tavares propõe a reforma agrária para drenar os excedentes de mão-de obra, uma vez que a elevada densidade de capital das tecnologias de produção de bens de capital e de bens duráveis não permitia fazê-lo. A autora atinge o calcanhar de Aquiles do nacional-desenvolvimentismo cepalino, que silenciava diante da questão agrária em razão da necessidade de obter divisas do setor agrícola para financiar a substituição de importações. O novo modelo apresentado por Maria da Conceição Tavares se baseava na penetração do capital estrangeiro para saltar os limites de obtenção de divisas estabelecidos pelos saldos comerciais, na reforma agrária para absorver excedentes de mão-de-obra e impulsionar a elevação do valor agregado nacional e numa política externa mais ativa para penetrar no mercados dos países centrais, estabelecer acordos de integração regional e diversificar a pauta exportadora.

Esses impasses do pensamento nacional-desenvolvimentista o tornava vulnerável à ofensiva da teoria da modernização que compartilhava, em certa medida, a crítica dos cepalinos à teoria liberal, mas abria o espaço para um papel muito mais ativo do capital estrangeiro no desenvolvimento dos países periféricos. A maior referência na teoria da modernização foi Walt Rostow⁸.

⁷ Essa posição ela iria reforçar depois em *Além da estagnação* (1971), texto de crítica às teses *estagnacionistas* de Furtado, que escreve em conjunto com José Serra.

⁸ Outros autores, como Bertz Hoselitz, também se destacaram por suas contribuições à teoria da modernização. Na América Latina, a maior contribuição a esse enfoque partirá da obra de Gino Germani.

Rostow situa sua contribuição como parte do trabalho coletivo realizado nos anos 50, no *Center for International Studies* do M.I., em companhia de Rosenstein-Rodan e Charles Kindleberger, entre outros. A mais completa síntese desse período encontra-se em *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy* (1957), onde afirmava-se em grandes linhas as prioridades da agenda de política externa dos Estados Unidos. Elas focavam o que julgavam o mais importante item da agenda ocidental: demonstrar que as nações subdesenvolvidas podiam mover-se em direção ao desenvolvimento dentro da órbita do mundo livre, sem cair nas tentações do comunismo. As sociedades em desenvolvimento, deixadas a si próprias, tornavam-se foco de tensões e de instabilidades em razão das disputas entre grupos modernizadores e tradicionalistas. Sendo do interesse dos Estados Unidos que elas evoluíssem rapidamente para a modernização, com o mínimo de violência, seria necessário contribuir para esse objetivo, oferecendo capital externo para que atingissem suas metas de poupança e investimento, reduzindo as tensões internas provocadas pelos sacrifícios para alcançá-las (Rostow, 1990: 436-40).

Em 1960, Rostow publica sua principal contribuição: *As Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Aqui, propõe-se a analisar a trajetória da humanidade em direção ao desenvolvimento. Para isso define fases sucessivas de desenvolvimento (sociedades tradicionais, pré-condições para o arranco, arranco, maturidade e consumo de massas) e as inscreve no que denomina de teoria dinâmica da produção. O caminho para o desenvolvimento era universal. Se estabelecia de forma rígida e evolucionista para cada sociedade. Derivava das necessidades técnicas da produção às quais a política, a cultura e a diversidade tinham que se ajustar para promover a elevação da renda *per capita* e das taxas de investimento que qualificavam os diversos níveis de desenvolvimento.

A teoria da história de Rostow era extremamente pobre e foi profundamente criticada pelo pensamento latino-americano. Como afirma, Theotônio dos Santos (1998), trata-se de uma das maiores violências metodológicas já cometidas à realidade. Rostow havia criado sua teoria da história com o pretexto metodológico de combater um suposto economicismo do enfoque de Marx da história. Mas o resultado era exatamente o inverso. Perdia-se a dimensão, presente na obras de Marx e Engels, de que as tecnologias são criações das relações sociais e da cultura, e que são profundamente condicionadas por elas em sua geração e utilização. A aplicação da tecnologia em relações sociais distintas conduz a consequências econômicas, sociais, políticas e culturais profundamente diversas. Como afirmarão as teorias da dependência e do sistema mundial, a pretensão formulada pela teoria da modernização, de um mesmo caminho de desenvolvimento para as

diversas sociedades nacionais revelava-se absurda. Essas sociedades não estavam em etapas ou tempos distintos. Pertenciam a posições distintas de um mesmo espaço temporal e geográfico: o moderno sistema mundial.

O enfoque de Rostow tomava a América Latina como uma região que buscava obter os elementos para o arranco. Ela necessitava criar as condições sócio-políticas para alcançar uma taxa de investimento que estabelecesse um crescimento sustentado da produção *per capita*. Para isso, precisava cristalizar uma elite de empresários, políticos, militares e intelectuais que organizasse a região desde um nacionalismo moderado. Essa elite deveria evitar a xenofobia e o ressentimento, mas lhe caberia: utilizar o Estado para unificar os mercados nacionais; estabelecer sistemas tributários que desviassem recursos para a expansão do capital fixo; articular-se ao mercado internacional, se necessário com políticas de substituição de importações; e aceitar a participação do capital estrangeiro para elevar a poupança interna aos níveis adequados ao investimento (Rostow, 1961, 1967 e 1990).

Para as teorias da modernização, o subdesenvolvimento latino-americano e as dificuldades para o arranco se explicavam pelas resistências internas à ação das elites modernizantes, que assimilavam a experiência e liderança dos países centrais⁹. Cabia aos Estados centrais, principalmente os Estados Unidos, e ao capital estrangeiro contribuir para ultrapassá-las. Versões à esquerda e à direita no campo da teoria da modernização foram construídas, aproximando o desenvolvimento dos movimentos de massas ou do liberalismo econômico. Gino Germani (1974) desenvolve um enfoque mais à esquerda ao enfatizar a pressão dos movimentos sociais como o fator dinâmico da passagem latino-americana do mundo tradicional ao moderno, definido principalmente pelo instrumento político da democracia de massas. Roberto Campos, por sua vez, tomará a problemática do desenvolvimento para vinculá-la com pragmatismo e ecletismo ao liberalismo.

Campos, inversamente a Eugênio Gudín, liberal, defensor da vocação agrícola brasileira, verá na industrialização, na grande maioria dos casos, um instrumento necessário para realizar o desenvolvimento dos países da América Latina¹⁰. Ele aceitará, em diversos de seus escritos, a teoria da deterioração dos termos de troca de Prebisch e Furtado, mas se apartará do enfoque estruturalista na questão do combate à inflação, que colocará como o eixo de seu projeto de desenvolvimento. Para

⁹ Fernando Henrique Cardoso, em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964), aponta para a inadequação do termo subdesenvolvimento, quando tomado na versão modernizante para significar expressão de grau de desenvolvimento das características internas de uma sociedade. O autor assinala que o foco no interno é incompatível com esse termo. Ele supõe a inserção e articulação dessa sociedade num ambiente mais amplo do qual se tenha referências para se avaliar os níveis de desenvolvimento.

¹⁰ Para Roberto Campos, a industrialização se justifica em países com pressão demográfica e excedente de mão-de-obra agrícola (Campos, 1963: 84)

o autor, a inflação nos países subdesenvolvidos derivava de três fatores: da pressão das massas para consumir, do “efeito demonstração” que provocava a cópia dos hábitos de consumo dos países desenvolvidos e das políticas governamentais. Dos três fatores, o último era o mais daninho e perigoso. Roberto Campos admitia que a intervenção do Estado nos países subdesenvolvidos deveria ser maior que nos países centrais, em razão dos obstáculos colocados pelo subdesenvolvimento, mas restringia muito mais seu alcance que os cepalinos. Ele distinguia três tipos de planejamentos estatais: o global, relativo aos países socialistas, que implicava a planificação das inversões e do consumo; o parcial, adotado por alguns países capitalistas mais avançados, e inspirados, segundo ele, em teorias socialistas moderadas, que apoiava-se mais sobre a coordenação e investimentos-chave do Estado e os mecanismos de mercado; e o seccional, adequado, para o autor, aos países subdesenvolvidos de regime liberal e que apoiava-se no que chama de pontos de germinação. Este planejamento partia do suposto que havia uma grande contradição nos países subdesenvolvidos. De um lado, tinham grande necessidade de planificação e, de outro, careciam de capacidade técnica para planejar. A solução para Campos estava em direcionar a intervenção estatal para os pontos de estrangulamento da economia até que fossem desenvolvidos os recursos técnicos compatíveis e uma burocracia disciplinada para executar os planos. Entretanto, a medida que fosse sendo superado o atraso dos países subdesenvolvidos, a própria necessidade de planificar se reduziria (Campos, 1963 e 1967).

O autor, ao analisar a realidade brasileira, nos anos 50, afirma que os pontos de estrangulamento estavam nos setores de transporte e energia. Estes haviam se atrasado em relação ao desenvolvimento do país por causa da rigidez das tarifas, o que determinava a baixa rentabilidade ao investimento. Para Campos, a intervenção estatal no investimento se justificava quando: a escala do investimento determinasse sua baixa rentabilidade ou a necessidade de mobilizar recursos superiores à capacidade das empresas privadas; houvesse a necessidade de restringir monopólios privados e preservar a competição; estivessem em questão razões de segurança nacional; ou fosse necessário integrar regiões ao desenvolvimento. Entretanto, o autor estabelecia regras para especificar as formas preferenciais de intervenção: os controles indiretos (tarifas, crédito, câmbio) ou regulatórios (preços) seriam preferíveis aos controles diretos sobre a produção; e a intervenção no investimento por parte do governo deveria se dar sob a forma de empresas mistas com o capital privado.

Campos propunha políticas que levassem à plena capacidade dos países subdesenvolvidos, ponto a partir do qual as pressões ao consumo se tornavam inflacionárias e deveriam ser combatidas com uma política monetária rígida (Bielschowsky, 1988, p 104-132)¹¹. Ele estabelecia como objetivo

¹¹ O conceito de plena capacidade de Campos não correspondia ao pleno emprego keynesiano. Sua medida era o nível de inflação, devendo o Estado, independentemente do nível de emprego, partir para políticas de contenção do crescimento quando detectasse pressões inflacionárias.

das políticas públicas: tributar o consumo suntuário, mobilizando recursos para a formação de poupança e investimento; eliminar a mentalidade inflacionária que, motivada por paternalismo ou por viés ideológico, se manifestava em políticas monetárias expansivas ou em controle de preços dos serviços básicos e gêneros alimentícios; e incentivar e mobilizar os recursos externos para complementar o esforço nacional. Ele atacava como inflacionárias as políticas de substituição de importações que buscavam resolver as pressões ao consumo pela combinação de sobrevalorização da moeda e controles quantitativos de importação. Afirmava que eles reduziam as exportações e a competitividade e restringiam os incentivos às entradas de poupança externa.

Em artigo clássico, *Lord Keynes e a teoria da transferência de capitais* (1950), incorporado a seu livro *Economia, planejamento e nacionalismo* (1963), Campos critica a tese de Keynes de relativa imobilidade dos fatores de produção. Ele combate a visão do autor de que a transferência de capitais ao exterior significa elevação das taxas de juros no país exportador, e assinala que sempre que houver entesouramento e subinvestimento, torna-se possível seu deslocamento ao estrangeiro sem se produzir o efeito imaginado por Keynes. Com isso concluiu que “uma exportação de capital, durante períodos de frouxa atividade doméstica e crescente propensão para o entesouramento, redundava obviamente em vantagem para o país investidor” (Campos, 1963: 119). Essa percepção de Campos, mesmo que limitada sobre a mobilidade do capital, abria espaço em sua reflexão a um amplo recurso ao capital externo¹². Este passava a ser a chave para resolver os problemas de inflação e as limitações técnicas ao planejamento nos países subdesenvolvidos. O capital estrangeiro ao elevar a poupança nacional: acomodaria as pressões para o consumo inerentes ao subdesenvolvimento, viabilizaria a entrada de capitais privados em investimentos para os quais os capitais locais se revelassem insuficientes; e, conseqüentemente, restringiria o escopo da intervenção do Estado, evitando ineficiências e prováveis desvios na formação de preços. Frente aos questionamentos nacionalistas, diante da crise de 1962-67 que se seguiu ao *boom* de investimento estrangeiro de 1956-1961¹³, e as pressões para limitar as remessas de lucros, Roberto Campos propunha-se demonstrar que o capital estrangeiro representava uma força de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas. Para isso, estabelecia um modelo teórico para a análise dos efeitos do capital

¹² O que determina a circulação do capital é a sua capacidade para alcançar mais-valia e lucros extraordinários e não seus efeitos sobre a taxa de juros local. O capital se move sempre que por meio disto possa elevar sua taxa de lucro global e a massa de mais-valia de que se apropria. Dessa forma subordina o planejamento nacional ao planejamento global, que a este se integra por meio da divisão internacional do trabalho. Embora questionasse os princípios de relativa imobilidade dos fatores de produção, Campos partia deles, ao condicionar a mobilidade aos efeitos sobre a economia nacional. Como tal, não podia perceber ou teorizar a simultaneidade entre exportação de capital e crescimento econômico nos países exportadores.

¹³ Em 1962-67, o PIB *per capita* brasileiro cresceu anualmente em 0,3% e o latino-americano 1,6%, enquanto em 1956-1961 esse crescimento foi de 5,1% e 2,5%, respectivamente (Maddison, 2001).

estrangeiro onde procurava avaliar os seus resultados para a poupança doméstica do país, contabilizando não apenas os saldos dos ingressos de capital (conceito cambial restrito), mas os seus efeitos sobre a conta corrente (conceito cambial ampliado) e sobre o incremento do produto nacional líquido (conceito cambial global) O papel positivo do capital estrangeiro se manifestaria no modelo de Campos por seus efeitos multiplicadores sobre a renda nacional, pelos saldos que promoveria na conta corrente e pelo fato de os ingressos de capital superarem as remessas de lucros e repatriações, embora o autor ressalte que neste caso se compara heterogêneos, isto é, adições ao estoque de capital contra fluxos. O resultado preconizado pelo autor era “o aumento da capacidade doméstica de poupança e, portanto da capacidade de investimento *autônomo* da economia” (Campos, 1963: 274 – Grifos nossos). Para estimular os ingressos de capital estrangeiro propunha o funcionamento do mecanismo automático do livre mercado e o câmbio flutuante (Campos, 1963: 271-303).

O modelo que Roberto Campos apresentava era teoricamente confuso. Sua crítica à comparação entre fluxos e adições ao estoque não se sustentava, pois estas adições só poderiam aparecer sob a forma de fluxos¹⁴. Por outro lado, ele dissolvia a influência do capital estrangeiro sobre a formação da poupança nacional na realidade mais ampla da expansão da renda líquida nacional. Ao invés de partir da mensuração dos saldos líquidos do capital estrangeiro para analisar seus efeitos sobre a renda nacional, realizava o movimento inverso, priorizando uma dimensão onde diversos outros elementos atuavam além do capital estrangeiro, como os atores nacionais, as políticas estatais, a superexploração do trabalho e seus efeitos sobre a formação da poupança e o investimento. Mas os resultados empíricos que seu modelo buscava contrariavam as suposições do autor. Os saldos dos ingressos de capital estrangeiro eram negativos, com exceção de curtos períodos; sua influência sobre a conta corrente também era negativa e o efeito sobre a renda líquida nacional era que o endividamento externo e seus serviços cresciam muito mais rapidamente que o PIB, conduzindo não à autonomia nacional, como supunha, mas ao aprofundamento da dependência.

A crise do nacional-desenvolvimentismo havia sido superada pela modernização vinculada à liderança do capital estrangeiro no consórcio que este estabelece com o capital nacional e o Estado para dirigir a região. Mas esse consórcio sofre forte perda de legitimidade com a crise de 1962-67 e a ofensiva dos movimentos de massas na América Latina, até 1973. Esta nova conjuntura dá lugar a uma nova interpretação da realidade regional e mundial, formulada pelas teorias da dependência.

¹⁴ Esta é a crítica que vão fazer Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1973) à metodologia de análise do balanço de pagamentos que acabou prevalecendo nos organismos internacionais e na CEPAL. Ao separar as entradas de capital dos juros, remessas de lucros e pagamentos de outros serviços (serviços tecnológicos, royalties e fretes) sobre o seu ingresso, o balanço de pagamentos dificulta a visualização das contribuições reais do capital estrangeiro à formação da poupança nacional.

AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

As teorias da dependência são formuladas entre 1964-73, e mantêm ainda grande influência até fins dos anos 70, quando se firma, com o apoio dos Estados Unidos, a liderança liberal-conservadora do processo de redemocratização da América Latina. O paradigma da dependência é desenvolvido por duas matrizes metodológicas distintas: a marxista que, influenciada pela revolução cubana, pelos limites do desenvolvimentismo na região e pela ofensiva política, social e cultural terceiro-mundista, propõe-se a interpretar a formação social latino-americana utilizando o marxismo de forma criativa, libertando-o da visão dogmática dos partidos comunistas. Essa visão tem nas obras de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo suas principais referências. Ela influenciará fortemente o ambiente intelectual e político e autores do porte de um Florestan Fernandes dela se aproximarão ainda que mantenham diferenças de enfoque. A outra visão da dependência é desenvolvida pela liderança de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Ela parte das teses cepalinas, ainda que busque subvertê-las, e sofre forte influência weberiana, ganhando também projeção regional e internacional.

As teorias da dependência significaram um salto na compreensão da realidade latino-americana. Como vimos, a problemática do atraso e do subdesenvolvimento era percebida tanto pelos teóricos da modernização, quanto pelos cepalinos, sob a ótica do nacionalismo metodológico, que vê a economia mundial como um agregado de economias nacionais independentes que se relacionam entre si, principalmente, por meio do comércio. Os problemas que levavam a América Latina e a periferia ao atraso derivavam de heranças históricas, como a colonização, e decisões internas equivocadas que beneficiavam grupos parasitários em detrimento da nação. Esses países, ao assumirem sua condição nacional, deveriam superá-los e corrigi-los. Essa retificação não implicava um choque com estruturas internacionais, mas sim com grupos sociais e mentalidades internas. Se tratava de superar uma especialização produtiva que a longo prazo se revelou deletéria, de subordinar o tradicionalismo, ou de controlar pela austeridade as tentações ao consumo que a escassez impulsionava. As soluções variavam tal como o diagnóstico, mas tinham em comum o fato de que significavam o desenvolvimento do poder de decisão nacional: sejam elas as políticas de substituição de importação, sejam elas a reivindicação do capital estrangeiro, visto como um recurso auxiliar, em maior ou menor medida necessário, à formação e expansão da poupança e da renda nacional. A implementação dessas soluções levaria à convergência com os padrões econômicos, políticos e sociais dos países centrais e ao desenvolvimento. O subdesenvolvimento se explicava por um atraso

na formação das dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais que constituíam a nacionalidade, as quais uma vez estabelecidas implicavam o desenvolvimento¹⁵.

O enfoque da dependência colocou a questão sob outro prisma. Ele assinalava que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada constituída por classes e grupos sociais que se articulavam em seu interior, mas que pertenciam, muitas vezes, à estruturas jurídico-políticas distintas. Essa divisão do trabalho se expandia e implicava a circulação de capitais e de mercadorias em seus limites. Os países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam essa circulação e tendiam a ajustar seu aparato produtivo, comercial e financeiro a ela. As decisões estavam condicionadas pela economia mundial capitalista e as classes dominantes dos países dependentes respondiam positivamente a esses condicionamentos. As contradições entre essas classes e os monopólios internacionais não eram suficientes para levá-las à confrontação. Elas buscavam o compromisso e a negociação. O controle do Estado nacional era um importante recurso para suavizar sua debilidade e buscar melhores condições de inserção mundial. A nacionalidade significava um instrumento de gestão adequado ao maior nível de complexidade da economia mundial, mas não a autonomia de decisão. Os grupos internos eram também internacionais e o seu desenvolvimento não implicava a reprodução dos padrões de existência dos países centrais. A reprodução da dependência era também a de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada. Ela significava a existência de uma estrutura econômica, social, política e ideológica simultaneamente nacional, internacional e específica dentro da economia mundial. E o subdesenvolvimento se estabelecia, não como não-desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial.

Essa visão da formação social latino-americana e dos países periféricos fará convergir as distintas propostas metodológicas de análise da dependência que estavam em gestação. Ela será exposta nas obras de Theotônio dos Santos¹⁶, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto¹⁷ que oferecerão definições clássicas da situação de dependência. Entretanto, se haverá relativa convergência na identificação da situação de dependência, as diferenças se farão presentes na interpretação de sua dinâmica, dos seus padrões de desenvolvimento e das alternativas que a ela se

¹⁵ No Brasil, o nacionalismo vai ser reivindicado tanto por aqueles que apostaram no planejamento desde o Estado, quanto por aqueles que enfatizaram a importância do capital estrangeiro. Isso provocará a sua crise teórica e metodológica como fonte de interpretação realidade. Essa crise se expressa dramaticamente no ISEB, com as teses de Hélio Jaguaribe, que cindiram o grupo ao postular a separação entre nacionalismo de fins e nacionalismo de meios. E mesmo autores como Roberto Campos se consideravam os *verdadeiros nacionalistas*, pois se julgavam comprometidos com o desenvolvimento nacional, ainda que para isso imaginassem ser necessário a ampla penetração do capital estrangeiro (Bielschowsky, 1987).

¹⁶ Em *Dependência y Cambio Social* (1972), mais tarde incorporado com algumas modificações a *Imperialismo y Dependencia* (1978), Theotônio dos Santos sintetiza o conteúdo das relações de dependência.

¹⁷ Ver Cardoso e Faletto (1984:30).

apresentam. Vejamos como se organizam essas duas visões e que respostas oferecem a essas questões.

A VISÃO WEBERIANA DA DEPENDÊNCIA

A visão weberiana da dependência se estabelece a partir das obras de Cardoso e Faletto. Para eles a dependência é o paradigma de desenvolvimento de sociedades marcadas pela ambigüidade de possuírem autonomia política, mas terem seus laços econômicos definidos em função do mercado internacional. Sob a ação política formalmente livre e soberana pesariam os limites dessa estrutura de dominação que condicionaria as possibilidades de desenvolvimento dessas sociedades.

Cardoso e Faletto constroem um verdadeiro tipo ideal da dependência. Embora utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original¹⁸. O conceito que situam como fundamental para a interpretação da dependência é o de estruturas de dominação, dentro da quais deveriam ser inseridas as relações de classe¹⁹. Dessa forma, não se pretendia descrever as contradições das sociedades dependentes e sim a sua dinâmica, limites e possibilidades. Os padrões de desenvolvimento das sociedades latino-americanas são articulados à dependência. A instância política nacional possui autonomia, mas deve escolher padrões de dominação que gravitem entre o desenvolvimento/dependência, de um lado, e estancamento/autonomia, de outro.

A ambigüidade e contradição entre a economia e a política, ou entre a estrutura e a ação na teoria da dependência de Cardoso e Faletto, reproduz a ambigüidade e contradição entre os tipos puros de dominação e a ação social em Weber. Em Weber, os indivíduos podem agir de uma dupla forma: ou fundamentados numa racionalidade que leva apenas em conta as suas próprias convicções, ou fundamentados numa racionalidade que leva em conta a atuação do ambiente societário sobre os seus fins particulares e a capacidade de transformá-los num resultado concreto não desejado. No primeiro caso, estamos diante da atividade racional por valor e da ética de convicção. No segundo caso, estamos na presença da atividade racional por finalidade e da ética de responsabilidade. Portanto, no pensamento de Weber, a ação baseada apenas na convicção de seu agente e que contradita as bases do tipo de dominação societária na qual ele estiver inserido, traz a irracionalidade de resultar numa expressão concreta não intencional que a desvia dos resultados esperados. A ação racional por

¹⁸ Por certo que reconhecemos que Cardoso e Faletto são autores complexos que sofrem diversas influências, como são entre outras as de Marx, Lenin, Sweezy, Keynes, Kalecky, Schumpeter e Sombart. Mas o instrumental weberiano é o paradigma de que vão lançar mão para articular as diversas influências.

¹⁹ “O problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (Cardoso e Faletto, 1984: 22)

finalidade, ao contrário, ao basear a ação do agente na correlação entre a concorrência dos meios, o antagonismo dos fins e suas conseqüências, articularia os fins às suas possibilidades reais de materialização, constituindo uma ação superior em racionalidade à primeira.

Na definição de dependência de Cardoso e Faletto, o político é uma variável fraca frente ao econômico. A face econômica da dependência se expressa na conformação de uma estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, que mantém os vínculos comerciais, produtivos e financeiros com a expansão internacional do capitalismo. Entretanto, a instância política tem as suas possibilidades de atuação concentradas no aparato jurídico-político nacional, o que limita grande parte de sua capacidade de decisão e ação. A "ambigüidade" explícita com que Cardoso vai caracterizar a situação de dependência, comporta, em verdade, uma grande desigualdade entre o econômico, que cria uma estrutura produtiva marcada por características e vinculações estruturais dependentes, e o político, cuja amplitude de atuação não lhe permite atuar sobre esses vínculos estruturais e dinâmicos da dependência e substituí-los por outros, sem provavelmente cair no estancamento, no irracionalismo ou aventureirismo. O ceticismo em relação à capacidade do socialismo e do nacionalismo na periferia e, principalmente, na América Latina, estabelecer algum padrão distinto de desenvolvimento à dependência, desponta claramente nas obras de Cardoso e Faletto²⁰.

Se para Fernando Henrique Cardoso (1964) a dependência significava a criação de um subcapitalismo, desde o pós-guerra, ele era compatível com a expansão do mercado interno e o desenvolvimento. A nova dependência que se desenvolve partir da hegemonia dos Estados Unidos se diferencia das formas clássicas de dominação colonial, associadas ao imperialismo analisado por Lenin. Ela autonomiza as formas econômicas de dominação das políticas e direciona o investimento para o mercado interno dos países dependentes. "Cria-se uma forte tendência ao reinvestimento local que solidariza os investimentos estrangeiros com a expansão do mercado interno" (Cardoso e Faletto, 1984 : 127). Essa fase da dependência será chamada por Cardoso e Faletto em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1967), equivocadamente, de internacionalização do mercado interno²¹. Se estabelecia uma nova divisão internacional do trabalho que fixava nos países

²⁰ "Uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam ao mesmo tempo de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam [...] uma sociedade nacional pode ter certa autonomia de decisões sem que por isso o sistema produtivo e as formas de distribuição de renda lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos, nem sequer a alguns países periféricos em processo de desenvolvimento. Acontece essa hipótese quando um país rompe os vínculos que o ligam a um determinado sistema de dominação sem se incorporar totalmente a outro (Iugoslávia, China, Argélia, Egito, Cuba, e o México revolucionário)" (Cardoso e Faletto, 1984: 27).

²¹ Em *La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo* (1977) e *Las Razpnes del Neodesarrollismo: o porque me ufano de mí burguesia – Respuesta a Fernando Henrique Cardoso y José Serra* (1978) Marini questiona, com razão, esse conceito, afirmando que o que se dá na conjuntura de 1955-80 é a internacionalização das estruturas de produção,

dependentes a produção de bens de consumo duráveis e, em certa medida, de matérias-primas industriais e bens de capital. Entretanto, o setor I apenas se desenvolvia precariamente na periferia e o monopólio tecnológico dos países centrais levava à necessidade de financiamento internacional para a reprodução ampliada da acumulação, que não poderia ser sustentada com as divisas do modelo de substituição de importações. Esse modelo se esgotava e, junto com ele, o nacionalismo como marco para o desenvolvimento latino-americano. As burguesias da região preferiam a associação a buscar os caminhos do árduo esforço de acumulação de excedentes da autonomia. Mas o financiamento não se dirigia apenas aos novos investimentos tecnológicos. Ele era necessário para equilibrar o balanço de pagamentos, pois os investimentos estrangeiros tendiam a gerar remessas de lucros, pagamentos de juros, *royalties* ou serviços técnicos que eram superiores aos ingressos de capital. A tendência ao reinvestimento tornava relativamente escassa a entrada de capital sob a forma de investimento direto. O capital estrangeiro preferia mobilizar em seu favor a poupança local através da formação de *joint-ventures*, da articulação com o Estado hóspede e dos lucros gerados no mercado interno. Assim, a dependência tecnológica era acompanhada de uma dependência financeira que permitia equilibrar as contas externas. O resultado era, portanto, dependência e desenvolvimento, expressão que Cardoso e Faletto elaboraram como resposta à sugestiva alcunha *desenvolvimento do subdesenvolvimento* com que Andre Gunder Frank havia batizado o desenvolvimento dos países periféricos.

O capitalismo dependente ao alcançar a chamada internacionalização do mercado interno rompia as bases do nacionalismo-desenvolvimentista. Enquanto este atolava na escassez de divisas da substituição de importações, a nova dependência permitia uma elevação crescente da composição orgânica das economias periféricas e deslocava o capitalismo latino-americano para a geração da mais-valia relativa, ainda que ao custo do aumento da dependência tecnológica e financeira. Cardoso e Faletto propunham como modelo econômico e político para a América Latina a dependência negociada. O autoritarismo que se desenvolve na América Latina nos anos 60 e 70, não correspondia a nenhuma necessidade estrutural da dominação burguesa. Era o resultado das tentativas dos movimentos populares e suas lideranças de usar a esfera da política para buscar a autonomia. O choque desta tentativa com a dependência econômica e diversos setores a ela articulados levou à

pois a estrutura protecionista da substituição de importações permanecia sólida. Em discurso recente, por ocasião do recebimento do título de *Doutor Honoris Causa* pela FLACSO, em Quito, Fernando Henrique Cardoso, sem citar a Marini, dá razão às suas observações de 24 anos atrás: “Cuando escribíamos Dependencia y Desarrollo en América Latina, para hacer hincapié en el desarrollo y no en la dependencia [...] nuestro esfuerzo fue precisamente ver cómo el desarrollo del sistema capitalista había cambiado tanto que permitía la industrialización de los países de la periferia. Yo soy brasileño y en Brasil eso era evidente, se había dado una gran transformación, Brasil pegó un salto enorme en esos años. Los cambios han sido mucho más profundos de lo que uno podría haberse dado cuenta en aquel entonces. La misma expresión que yo utilicé en este libro es equivocada, yo hablé de la "internacionalización de los mercados internos"; no es eso, fue la producción la que se internacionalizó, no fueron los mercados” (Cardoso, 2001).

organização de um bloco que conjugava diversas frações das burguesias e classes médias com os militares para conter os riscos à ordem capitalista. Construiu-se um Estado autoritário que se por um lado deu garantias ao capital, por outro, lhe retirou as formas de expressão política do sistema competitivo organizado pela democracia. O resultado é que a burguesia tornou-se refém do corporativismo da burocracia estatal. Ela se articulou com este jogo palaciano através do que Cardoso (1975) chama de anéis burocráticos, mas trata-se de um mecanismo contraditório e insuficiente. A burocracia estatal ameaçava se expandir e tutelar a ordem burguesa a um nacionalismo que recrudescia sob forma autoritária, ancorado na expansão das empresas estatais e em sonhos de potência econômica e militar que se apoiariam na pretensão de internalizar o setor I. Desde então, a maior parte dos setores do capital que haviam se perfilado ao jogo palaciano e semi-formal dos anéis burocráticos, engrossam os movimentos da sociedade civil para restauração da legalidade democrática.

Para Cardoso e Faletto, a democracia poderia ser compatível com o capitalismo dependente, pois: representa uma forma mais adequada do capital organizar seus interesses; o desenvolvimento do progresso técnico faz deslocar a acumulação para a mais-valia relativa, permitindo à ordem burguesa acomodar as pressões do proletariado; e a maior desigualdade social que adviria de certos limites impostos pela dependência seria compensada no médio e longo prazo pelo dinamismo econômico proporcionado por esse modelo. As lideranças sociais deveriam desenvolver uma ética de responsabilidade que compatibilizasse a ação política com os limites estruturais da economia, evitando a tentação do aventureirismo que não imprime nenhuma mudança à realidade e cuja maior expressão na América Latina foi o guevarismo (Cardoso, 1975, 1995) (Cardoso e Faletto, 1977) (Cardoso e Serra, 1978).

No correr dos anos 70, a contribuição de Cardoso e Faletto entrará em choque com a interpretação marxista da dependência que se desenvolvia também, desde os anos 60, a partir dos trabalhos de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Para fazermos um balanço das contribuições da teoria da dependência e situarmos o debate entre elas, exporemos a seguir as principais teses da visão marxista.

A VISÃO MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A visão marxista da dependência foi desenvolvida através das obras de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo. Ela lança uma forte crítica ao marxismo dos partidos comunistas e ao pensamento desenvolvimentista. Ao buscar a identidade do capitalismo dependente em sua articulação específica à economia mundial, essa visão rompe com os

nacionalismos metodológicos e se propõe a reinterpretar o próprio desenvolvimento capitalista, gerando novos conceitos e aportes para a teoria do valor. Esse desenvolvimento não deveria ser compreendido a partir da trajetória de expansão dos países centrais, mas sim a partir do desenvolvimento da economia mundial, na qual estes países se inserem como parte dela.

A visão marxista da dependência recebeu forte influência de Paul Baran e de Andre Gunder Frank. Em particular, da questão que destacam em seus trabalhos, relativa à apropriação internacional dos excedentes dos países periféricos e subdesenvolvidos por meio dos monopólios comerciais, produtivos e financeiros controlados desde os países centrais.

Paul Baran escreve *A economia política do desenvolvimento* (1957), sua grande obra, e estabelece o conceito de excedente, dividindo-o em três formas: o excedente econômico real, o potencial e o planejado. O excedente real corresponde a toda massa de recursos da economia disponível, uma vez deduzido o consumo; o excedente potencial se refere a massa de recursos que poderia ser dedicada ao investimento, uma vez eliminados o desemprego, o sub-emprego ou consumo suntuário dos capitalistas e da burocracia governamental; e o excedente planejado, se desenvolveria numa sociedade socialista que eliminaria o lucro como princípio de organização social.

As sociedades dividem os recursos entre os destinados ao consumo e aqueles dedicados à formação da poupança e ao investimento, correspondentes ao excedente. Mas para Baran, os países subdesenvolvidos teriam seu excedente apropriado pelos investimentos estrangeiros e todo o sistema financeiro e comercial organizado em torno deles. Esses investimentos se vinculariam à montagem de um aparato produtivo e de serviços exportador, precariamente articulado ao mercado interno. Eles constituiriam um aporte inicial, que em parte é desembolsado para a compra de ativos nacionais – como as jazidas minerais –, mas se descontinuariam, mantendo-se por meio do reinvestimento dos lucros gerados internamente. A precária vinculação à economia nacional conduz a excessos de importações que se acentuam com a manipulação de preços praticada na relação entre matrizes e filiais. O apoio financeiro surge como mais uma fonte de descapitalização. O resultado era para os países subdesenvolvidos a escolha entre sua submissão à ordem mundial capitalista e a revolução socialista que viabilizaria o desenvolvimento por meio do controle interno dos excedentes.

Andre Gunder Frank (1973, 1978 e 1980) desenvolve uma concepção sistêmica com a qual divide o mundo em metrópoles e satélites nacionais, regionais e locais. A condição de metrópole ou satélite estaria determinada pela capacidade positiva ou negativa de apropriar-se dos excedentes gerados no mundo por meio das relações econômicas internacionais que envolviam não apenas o comércio, mas também a circulação de capitais. O modelo de Frank se desenvolve por um sistema

complexo de relações onde as nações são constituídas por metrópoles internas que sugam os excedentes de seus satélites, mas que podem estar submetidas à metrópoles exteriores que as descapitalizam, como é o caso das nações latino-americanas. Estas nações seriam capitalistas desde a conquista colonial e o resultado deste processo de inserção no sistema mundial foi o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para escapar dessa lógica de ferro e buscar o desenvolvimento estas nações deveriam alcançar a autonomia e o socialismo. Expressando essa lógica Frank aponta para o fato de que os períodos de maior desenvolvimento latino-americano foram os de crise das metrópoles que atuam sobre ele. Essas crises permitiram à região controlar uma parte mais ampla de seus excedentes e se industrializar, mas a posterior recomposição da ordem metropolitana criou uma ofensiva que implicou na perda parcial ou total dos avanços gerados anteriormente. Para Frank é durante a crise dos anos 1930-40 que se estabelece o período de maior desenvolvimento da América Latina, mas a reestruturação da ordem metropolitana traz novamente o risco da estagnação.

Essas visões de Baran e Frank embora avançassem bastante na análise da questão internacional, não ultrapassavam a perspectiva desenvolvida nos anos 20 por autores, como Mariátegui, quando surgem os primeiros brotos da teoria da dependência, segundo Ruy Mauro Marini (1992 e 1994). Como vimos, a teoria da dependência afirmava, em confrontação ao desenvolvimentismo, a tese de que as classes dominantes desses países estavam inscritas na divisão do trabalho da economia mundial, sendo ao mesmo tempo internas e externas. Essa visão da relação entre interno e externo já se insinuava em Mariátegui e Baran e no caso de Frank ganha alto grau de formulação. Mariátegui, por exemplo, afirmava a existência de uma burguesia interna compradora e latifundista articulada aos interesses imperialistas. Ele confrontava as teses da IIIª Internacional ao descartar a revolução democrático-burguesa pela decorrente debilidade desses segmentos frente ao imperialismo em razão de sua incapacidade para revolucionar as forças produtivas. Externo e interno aí se articulavam. Mas o que falta a esses autores é a visão do dinamismo dessas relações que permaneciam estáticas. Isto os impede de constituírem uma teoria do capitalismo dependente.

A contribuição pioneira de Theotônio dos Santos e Marini será a de apresentar uma teoria capaz de perceber o dinamismo das relações entre externo e interno e, portanto, de oferecer uma visão madura da dependência. A alternativa que se colocava para grande parte desses países não era entre desenvolvimento e socialismo, de um lado, ou estagnação e capitalismo, de outro. Mas sim entre tipos de desenvolvimento, com suas conseqüências e limites. Esses autores se diferenciam da literatura apresentada nas obras de Baran e Frank porque vão associar a capacidade de apropriação de mais-valia na economia mundial, não apenas à existência de monopólios tecnológicos, comerciais e

financeiros, mas também ao seu dinamismo. Partem das teses de Marx de que o capitalismo é um sistema fundado na competição e na acumulação de mais-valia. Os monopólios competem entre si e apenas obtêm êxito e ampliam a massa de mais-valia de que se apropriam, se apresentam dinamismo tecnológico. Os países dependentes, ao serem incorporados na divisão internacional numa especialização produtiva que os inferiorizava, eram objeto da competição monopólica e não podiam desafiá-la por meio desse tipo de integração. Sofriam diversas formas de expropriação de seus excedentes e do valor que produziam e se ajustavam às necessidade de reestruturação dos monopólios que competiam no âmbito da economia mundial. Esse ajuste, como afirma Theotônio (1972 e 1978), não era realizado automaticamente, mas sim a partir da influência recíproca de forças externas e internas. Todavia, a situação de compromisso que entre elas se estabelecia, garantia que as forças internas escolhessem uma forma de inserção compatível com as distintas possibilidades oferecidas pelas forças externas dirigidas pelo capital internacional e seus núcleos político-institucionais. Mas por que as classes dominantes dos países dependentes vão optar por essa situação de compromisso que os mantém numa posição inferiorizada na economia mundial?

A resposta que vão dar Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, em consonância com a teoria do valor desenvolvida por Marx, é a de que o capital e as forças sociais que, historicamente, a ele se articularam, têm por objetivo o superlucro ou a mais-valia extraordinária. É isto que dá dinamismo à acumulação de capital e que responde pela introdução do progresso técnico. Dessa forma, cristaliza-se entre as classes dominantes dos países periféricos uma busca de superlucros que se realiza pela associação às bases tecnológicas, financeiras, comerciais e institucionais do capital internacional. Essa associação permite aos grupos que dela participam liderar o processo de acumulação e alcançar posições monopólicas em suas regiões ou Estados nacionais, sem qualquer proporção aos resultados que seriam alcançados com o uso de recursos internos. A consequência é uma gravitação da mais-valia extraordinária e dos superlucros no interior dos países dependentes que não encontra similaridade nos países centrais.

Marini menciona que no capitalismo a mais-valia é produzida mediante a desvalorização dos bens de consumo necessários, mas a capacidade do capitalista individual se apropriar dela efetivamente, no âmbito da circulação de mercadorias, depende da produtividade do trabalho. A produção de mais-valia e a sua apropriação pela produtividade do trabalho são realidades distintas que nem sempre coincidem. As classes dominantes dos países dependentes vão buscar na tecnologia estrangeira a fonte de apropriação de mais-valia independentemente de sua produção. Voltadas para as necessidades da economia mundial concentrarão o desenvolvimento da produtividade em

segmentos direcionados para o mercado internacional ou para as frações do mercado interno dirigidas ao consumo suntuário. O resultado desse processo será que:

a) Os segmentos da burguesia dependente que se articulam ao capital internacional se apropriam de grande parte da mais-valia gerada internamente, sem aumentarem a taxa de mais-valia;

b) As relações econômicas internacionais que essa burguesia estabelece implicam uma perda de mais-valia para a economia nacional pelo ajuste de seus valores à produtividade internacional que incide sobre ela. Entretanto, o setor da burguesia dependente que introduz a tecnologia estrangeira mais que compensa essa perda com fixação da mais-valia extraordinária em seu favor, repassando-a para o conjunto da sociedade. Todavia, em determinadas circunstâncias, essa mais-valia extraordinária pode ser em parte suprimida e afetar também os segmentos que monopolizam a introdução da tecnologia estrangeira²².

c) A superexploração do trabalho, que significa a queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, se generaliza como forma de regulação da força de trabalho para sustentar a taxa de lucro (Marini (1973).

A partir de suas teses sobre a relação entre a apropriação de mais-valia ou valor e a produtividade, Marini (1994-b) estabelece uma forte crítica à teoria cepalina do intercâmbio desigual e deterioração dos termos de troca. Segundo o autor, ao contrário do que supunha a CEPAL, a tendência no capitalismo era a de repassar os aumentos de produtividade aos preços. Isso é assim em razão da concorrência que alimenta o sistema e impõe à cada capital particular as leis do capital em geral. Para o autor, é a partir da concorrência que se deve entender a redução dos preços e a deterioração dos termos de troca. Chave nesse processo é a migração dos capitais de composição orgânica superior para os setores exportadores dos países dependentes. Essa migração resultará na desvalorização de suas mercadorias, que passarão a incorporar uma menor quantidade de trabalho abstrato por unidade, ao tempo que elevará o consumo de insumos industriais para produzi-las, que

²² Para compreendermos isso é necessário mencionar que a mais-valia extraordinária pode se fixar no âmbito de um ramo produtivo ou entre os ramos produtivos. Quando se fixa no ramo, ela significa um diferencial de produtividade que favorece um grupo de capitais particulares que possuem uma produtividade superior à sua média. Quando se fixa entre os ramos, significa que um determinado ramo possui um nível de produtividade superior à média da economia e se beneficia em detrimento dos demais. Se a competição se acirrar no âmbito do ramo e a média de sua produtividade se elevar, eliminando o diferencial assinalado, a mais-valia extraordinária é suprimida e as perdas de mais-valia se estendem aos capitais que antes obtinham superlucro.

Para suprimir a mais-valia extraordinária entre os ramos, a produtividade teria que se nivelar no conjunto da economia. Como vimos, os desequilíbrios sociais e econômicos provocados pela introdução da tecnologia estrangeira nos países dependentes restringem as janelas de oportunidade da mobilidade social e limitam a competição aos segmentos monopolistas. A supressão da mais-valia extraordinária em segmentos monopolistas só poderia se efetivar com a obsolescência de certos ramos produtivos, mas conduziria à migração de capital para a produção de outras mercadorias que apresentassem mais dinamismo.

incorporam uma quantidade crescente de trabalho abstrato. A fixação da mais-valia extraordinária no âmbito do setor exportador obriga ainda a uma redução dos preços das mercadorias do capital médio do ramo sem contrapartida na elevação da produtividade. Ambas as situações conduzem à queda taxa de lucro e à superexploração como instrumento para elevá-la. Os baixos salários que a CEPAL observava na América Latina e destacava como um problema teórico do desenvolvimento não eram fruto da falta de industrialização, mas de como a dependência tecnológica atuava para produzi-los.

Para Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini o capitalismo dependente estaria baseado numa forma específica de expansão da produtividade e da mais-valia extraordinária que conduziria a resultados bastantes distintos dos alcançados nos países centrais. Embora se apoiem parcialmente nas reflexões de Baran e Frank esses autores vão transcendê-las e construir um outro marco teórico. A apropriação da mais-valia e dos excedentes econômicos não impedia o progresso técnico e a industrialização nos países dependentes. Mas conferia ao desenvolvimento uma forma específica que não o tornava capaz de eliminar a pobreza ou reduzi-la de forma sustentável. Pelo contrário, a superexploração era parte constitutiva dele e pairava sempre como uma ameaça aos níveis de renda dos setores populares que só poderia ser compensada com a elevação da intensidade do trabalho, da jornada de trabalho ou da qualificação da força de trabalho.

Theotônio dos Santos (1968, 1972, 1978-a) demonstra que os déficits cambiais provocados pelos egressos de capital estrangeiro se articulam com a superexploração, sendo ao mesmo tempo um resultado dela e seu impulsionador. De um lado, a superexploração estabelece um baixo nível de geração interna de forças produtivas e impõe limites à expansão do mercado interno que conduzem à restrição do ciclo de investimento e permitem ao capital estrangeiro destinar seus excedentes para outras aplicações produtivas onde a competição é mais intensa e os mercados mais dinâmicos. De outro lado, os déficits cambiais gerados pelos egressos de capital estrangeiro impulsionam a queda taxa de lucro e a necessidade de reduzir os preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Para o autor, a tendência ao déficit do balanço de pagamentos dos países dependentes no pós-guerra podia ser explicada pela seguinte seqüência lógico-histórica: a deterioração dos termos de troca e os pagamentos de fretes e serviços restringiam os superávits em divisas, inviabilizando a importação de máquinas e equipamentos para atender às necessidades da industrialização. Para isso recorreu-se ao capital estrangeiro. Mas este apresenta um baixo nível de ingressos efetivos e prioriza o reinvestimento em detrimento de novos aportes de capital, remetendo lucros em proporções superiores ao volume de ingressos. O endividamento externo vem financiar os déficits no fluxo de capitais e cria a dependência financeira que tende a se autonomizar da dependência industrial e cada

vez mais condicioná-la. O resultado é a baixa secular do crescimento econômico, mas não o fim do desenvolvimento produtivo ou dos ciclos de expansão do capitalismo dependente²³.

Theotônio desenvolve juntamente com Vânia Bambirra a tese de que o principal limite produtivo do capitalismo dependente estaria na acumulação externa de capitais (Dos Santos, 1972 e Bambirra, 1974). Esta acumulação se manifesta no fato de que o setor I, produtor de bens de capital, é em grande parte externo a essa formação social e sua introdução se realiza por meio do investimento direto, financiamento externo ou pelos saldos obtidos na balança comercial²⁴. Apesar do capital internacional priorizar o investimento em bens de consumo suntuário, o autor assinala que o crescente grau de socialização das forças produtivas da economia mundial, função de seu próprio desenvolvimento, conduz a uma maior interdependência entre as nações, não permitindo ao capital internacional e suas bases nacionais evitarem de maneira definitiva a tendência à internacionalização da indústria pesada e do setor I. Esse processo proporcionaria um nível de integração industrial aos países dependentes que tornaria a dependência materialmente desnecessária, mas que só poderia se completar sob a direção dos trabalhadores urbanos e rurais.

O aumento da composição orgânica do capital nos países dependentes é analisado por Marini. Ele assinala que com o desenvolvimento da industrialização e do progresso técnico se estabelece uma contradição entre o aumento das escalas produtivas e o limitado mercado interno dos países da região. A demanda estatal e o consumo suntuário compensam em parte a restrição ao consumo das grandes massas, mas são insuficientes para atender à elevação da produtividade²⁵. O resultado dessa contradição seria a formação do que o autor chama de subimperialismo. Esse conceito designa o movimento de crescente exportação de mercadorias e de capitais por parte dos países dependentes para saltar os limites do seu mercado interno. Para Marini, essa não é uma tendência absoluta, mas relativa, isto é: o mercado interno continua crescendo de forma concentrada, mas a dinâmica de realização de mercadorias destina-se cada vez mais ao mercado internacional.

²³ Theotônio (1972 e 1978-a) destaca o caráter cíclico do investimento estrangeiro no desenvolvimento dos países dependentes. Durante o auge, o capital estrangeiro voltado ao mercado interno dos países dependentes constitui um fator de capitalização, mas ao se encontrar com os limites de demanda da superexploração, impulsiona o déficit do balanço de pagamentos. O endividamento externo e a inflação surgem como mecanismos para financiar os egressos ou ampliar artificialmente a demanda interna. Entretanto, esses mecanismos possuem limites e conduzem a fortes desequilíbrios macroeconômicos que exigem a geração de saldos comerciais obtidos a partir da superexploração do trabalho para restabelecer o equilíbrio em um outro nível de dependência. Uma análise clássica, desde essa perspectiva, do balanço de pagamentos latino-americano para o período 1950-67 pode ser encontrada em Caputo e Pizarro (1973).

²⁴ Estas teses encontram certo respaldo no pensamento cepalino através de Fernando Fajnzylber que, em seu livro *La industrialización trunca de América Latina* (1983), dedica-se a demonstrar estatisticamente a limitação do segmento produtor de bens de capitais na indústria latino-americana.

²⁵ Embora o pensamento neodesenvolvimentista, sob inspiração kaleckiana, vá minimizar os efeitos da concentração de renda para o estabelecimento das crises de realização, em verdade, o consumo não se separa do valor de uso e de sua articulação às necessidades do indivíduo. A forma como a massa de renda se distribui torna-se uma importante condicionante da realização das mercadorias.

Ao analisarem o modelo político latino-americano que emerge com o desenvolvimento industrial do capitalismo dependente, os autores destacam que a organização massiva do proletariado sujeitaria o capitalismo dependente a uma instabilidade estrutural com forte incidência cíclica. O regime democrático teria dificuldades de atender às pressões de consumo dos setores populares e as situações de inflexão do crescimento para crise seriam propícias à uma importante ofensiva dessas forças. A resposta do grande capital e os setores articulados sob sua liderança seria, segundo Theotônio, o fascismo. Ele definirá o fascismo como um regime de terror da fase imperialista do grande capital, que busca a institucionalização permanente. Esse regime desempenha funções defensivas, de destruição pela coerção das organizações das classes trabalhadoras, e ofensivas, de expansão imperial, em favor das frações nacionais do grande capital²⁶. Mas são justamente estas características que tornam altamente contraditória a utilidade do fascismo nos países dependente. Seus fundamentos nacionalistas e expansionistas entram em contradição com o capital estrangeiro, que constitui o setor mais dinâmico da acumulação. Esta contradição que havia se expressado com conseqüências deletérias para o capital internacional nas forças armadas peruanas em 1968, tendia a se generalizar para os regimes militares latino-americanos - inclusive os brasileiro e argentino -, que desenvolviam progressivamente aspirações nacionalistas. Estes fatores são os que explicam a ofensiva internacional a partir de 1973/74, para a desmobilização destes regimes, e o direcionamento dos países dependentes - particularmente os latino-americanos - rumo a uma democracia restringida, inspirada nas teses da Comissão Trilateral e liderada pelos governos estadunidenses, fórmula que, entretanto, não tiveram condições de controlar dadas as pressões populares para a ampla redemocratização (Dos Santos, 1977-a).

A alternativa em relação a esse modelo de desenvolvimento econômico e político seria o socialismo. A ele caberia as tarefas de articular o desenvolvimento econômico e a erradicação da pobreza e da miséria. Entretanto, essas seriam tarefas complexas. O socialismo surge como alternativa nos países dependentes numa etapa de grande interdependência da economia mundial. Se

²⁶ Theotônio distingue entre Estado e movimento fascista. Ao fazê-lo assinala a possibilidade teórica e/ou histórica da existência de um Estado fascista que não seja gerado por um movimento fascista, como por exemplo, aqueles estabelecidos por ocupação militar na Europa entre 1939-45; ou o inverso, a vitória eleitoral de movimentos fascistas, sem que a estrutura institucional-democrática fosse destruída. Ele assinala que o Estado fascista tem uma base social distinta deste movimento. É o resultado da fusão do movimento pequeno-burguês, dos setores decadentes da burguesia e do lumpenproletariado com os grandes capitalistas. Esse Estado representa um regime de terror do grande capital, com características expansionistas e anti-liberais no direito público, e que tem suas possibilidades de implementação quando o grande capital se sente ameaçado pelas perspectivas de uma revolução proletária, sem que o proletariado possua as condições objetivas e subjetivas de impor sua hegemonia à sociedade. O regime fascista entra em contradição com a aparente base social do movimento fascista e o grande capital, que apóia e fornece as condições para que este chegue ao poder, exige a destruição da ala anti-monopolista do movimento e abre o espaço para um acordo político e ideológico com os setores conservadores dispostos a aliar-se com o fascismo (Dos Santos, 1978-a, 1978-b, 1979 e 1991).

estabelece uma dramática dialética entre a sua necessidade para superar as mazelas da superexploração e sua confrontação à economia-mundo dirigida pelo capitalismo histórico. Para que as forças socialistas cumprissem com maior êxito suas tarefas deveriam evitar o isolamento e buscar apoio internacional. Nesse âmbito, a dimensão regional e continental surge como prioritária. O desdobramento da revolução socialista de um plano nacional para o regional permitiria desenvolver as escalas produtivas, a organização do trabalho coletivo e estabelecer um horizonte de desenvolvimento tecnológico sustentado.

O BALANÇO DA TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

As teorias da dependência constituem um paradigma decisivo para a análise do capitalismo periférico e mundial. Elas contribuem para resgatar a unicidade da economia-mundo rompendo com os cortes temporais elaborados pelo desenvolvimentismo que viam o subdesenvolvimento como atraso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento se conjugam no espaço e no tempo de expansão da economia-mundo. Entretanto, como vimos, as teorias da dependência embora partam de certas convergências, apresentam diferenças importantes entre si. Por razões didáticas enumeramos-as abaixo por temas:

a) O papel do capital estrangeiro no desenvolvimento

Embora as teorias da dependência enfatizem inicialmente o papel descapitalizador do capital estrangeiro sobre as formações periféricas esse será um ponto de partida que poderá ser redefinido na análise. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ainda que afirmem, como vimos, que as remessas de lucros superam as entradas de capital, verão na dependência financeira um fator de financiamento desse déficit. Para eles, esta dependência estaria fortemente articulada ao capital produtivo e ao dinamismo do mercado interno. Isso lhes permite dizer que dependência e desenvolvimento possuem intensa relação, levando-lhes a questionar a própria noção de subdesenvolvimento que haviam cunhado.

A razão desta postulação dos autores é, ao nosso ver, a inexistência de uma teoria consistente dos ciclos. A leitura dos textos de Cardoso e Faletto indica que há uma ambigüidade na forma como tratam a questão das crises de superacumulação de capitais que equivocadamente chamam de crises de realização. Em diversos momentos esta crise é reivindicada nos países centrais, pelos autores, para justificar a exportação de capitais à periferia num processo de financiamento contínuo de seus déficits em fluxos de capitais. Mas em outros momentos, as crises de superacumulação são negadas na periferia em nome do dinamismo do mercado interno. Isso se expressa no violento ataque desfechado por Cardoso ao conceito de subimperialismo, elaborado por Marini, que faz referência a

elas. Em *Imperialismo e Dependência* (1972), artigo que incorpora à *Modelo político brasileiro* (1972), Cardoso menciona a releitura feita por Baran e Sweezy das crises nos países centrais tão somente para propor a revisão da teoria das crises nos países dependentes, pois permanece claramente predominante em sua obra e na de Faletto a noção de que a periferia ao exportar uma massa de valor maior do que recebe dos países centrais, contribui para agravar os problemas de superacumulação nos países que, em contrapartida, são obrigados a reexportar capitais.

Vejamos seus argumentos. O problema de realização ou superacumulação é destacado na seguinte passagem:

“Por outro lado, como decresce em forma crescente o investimento em *hot money* em proporção ao investimento realizado pelo setor internacionalizado graças à poupança local ou aos créditos internacionais (que oneram por certo a capacidade das economias dependentes) aumenta simultaneamente a massa de dinheiro que, sob a forma de lucros exportados ou pagamento de juros e royalties, retorna às economias centrais. Essas que no passado exportavam capital, mesmo quando continuam a fazê-lo (sob a forma de capital financeiro, de empréstimos privados ou públicos etc.) passaram a receber mais recursos (sob a forma de juros, royalties, lucros exportados etc.) do que a exporta-los, *agravando dessa forma o problema da realização da mais-valia* (Cardoso, 1995 : 105 – Grifos do autor).

A necessidade de reexportação dos lucros é mencionada nesse outro trecho:

[...] Las empresas norteamericanas intensificaron su actuación en la periferia del sistema capitalista, como también en los países europeos, invitiendo en forma creciente y expandiendo su control sobre las economías locales. Para esto, hicieron inversiones y utilizaron, sobretudo, ganancias internas para la compra de activos pertenecientes a nacionales. Más tarde, las ganancias generadas por el “sector externo” de la economía norteamericana *obligaron* a una expansión continua de ésta en el exterior (Cardoso e Faletto, 1977: 277 Grifos Nossos)

Mas sugere-se que a periferia escaparia dos problemas de crise de realização:

“É também conveniente abordar o problema da realização do excedente numa perspectiva mais atual. Neste ponto, alguns autores consideraram o fortalecimento dos laços entre a expansão militarista e o reforço do controle militar sobre a sociedade, através de uma economia de guerra, como o meio básico da realização

de capital. Como segundo argumento, mas ainda como fator importante, os gastos do estado com o bem-estar são focalizados como saídas alternativas para a acumulação de capital.

Embora se possa questionar a pertinência destas análises, autores marxistas (Baran e Sweezy – C.E.R.M.) levaram a cabo uma reinterpretação econômica global do modo de funcionamento do capitalismo monopolista, como os exemplos acima evidenciam.

No entanto, o mesmo não se verifica quando se consideram os aspectos políticos do problema e principalmente as conseqüências político-econômicas do capitalismo monopolista nas sociedades dependentes.” (Cardoso, 1972: 193)

A questão que se coloca diante dessas elementos é a seguinte: se Cardoso questiona, com correção, a pertinência das análises de Baran e Sweezy, como o demonstram os processos de globalização, de que as formas internas são as básicas para a realização do capital, por que conduzir uma reinterpretação política e econômica do capitalismo dependente nesses termos? A análise parece deslizar para a inconsistência e a ideologia. Uma ênfase exagerada é posta no dinamismo, apesar das ressalvas dos problemas do balanço de pagamentos que ele parece superar por sua própria condição de movimento permanente. Expansão e crise que compõem o ciclo são desarticuladas na análise de Cardoso e Faletto, em favor da primeira, para postular que, embora o capital estrangeiro lidere o processo de desenvolvimento dos países dependentes e os descapitalize, o seu dinamismo implica em sua contínua recapitalização. O desenvolvimentismo se insere pelas entrelinhas no núcleo da problemática teórica de Cardoso e Faletto. Por isso se sentem à vontade para contrapor a expressão *dependência e desenvolvimento* à idéia de subdesenvolvimento, renegando-a, apesar do lugar analítico que possui em sua obra, na crítica que, como vimos, fazem às teorias da modernização.

A observação do ciclo como um todo permite identificar claramente o papel descapitalizador que exerce a liderança do capital estrangeiro sobre o processo de acumulação dos países dependentes. Podemos observar nos gráficos 1 e 2 o efeito descapitalizador do capital estrangeiro sobre os países dependentes. Ele se desenvolve ciclicamente, onde os períodos recessivos mais que compensam com saídas de capitais as entradas do período expansivo²⁷. A continuidade do ciclo de desenvolvimento deriva não do dinamismo deste, mas sim de enormes saldos comerciais, obtidos por meio da superexploração do trabalho, que permitem financiar os desequilíbrios gerados no balanço de

²⁷ No período de 1956-1960, se observa um período expansivo de ingressos de capital estrangeiro. Isto não se revela claramente nos gráficos 2 e 6, pois estes indicam egressos de capital superiores às suas entradas. Entretanto, isso se deve ainda ao baixo patamar relativo no período dos fluxos de capital sob a forma industrial ou financeira em relação as formas comerciais e ao peso dos inversões tradicionais em petróleo. Os períodos posteriores ao acentuarem os movimentos de capital sob a forma industrial e financeira, indicarão mais claramente os movimentos cíclicos.

pagamentos pelo capital estrangeiro. Nesse sentido, a teoria marxista da dependência ao enfatizar o ciclo em todas suas fases no plano internacional e nacional revela uma capacidade de compreensão do capitalismo dependente bastante superior. Isto nos leva à outra divergência, entre essas visões da dependência, relativa aos padrões de desenvolvimento do capitalismo na periferia.

b) A dependência e seus padrões de desenvolvimento

Como vimos, Fernando Henrique e Enzo Faletto consideram que o capitalismo dependente, não reproduz os padrões do capitalismo central. Ele não internaliza plenamente o setor I da economia, tem no capital estrangeiro a liderança da industrialização dirigida ao segmento de bens de consumo durável, está sujeito a problemas no balanço de pagamentos, implica em maior estratificação social, mas está baseado na mais-valia relativa, na produtividade e pode se desenvolver ilimitadamente enquanto as estruturas de dominação político-sociais o permitirem. Dependência financeira e produtiva se conjugam e os limites para o desenvolvimento do capitalismo dependente seriam políticos.

Entretanto, este é um enfoque que apresenta problemas teóricos e empíricos. A vinculação automática entre produtividade e mais-valia relativa, que fazem os autores, não se sustenta analiticamente. O desenvolvimento do capitalismo dependente não conseguiu reduzir a pobreza e o seu crescimento não exhibe o desempenho dos anos 50 e 70. Está cada vez mais sujeito aos obstáculos do balanço de pagamentos, em razão da crescente dependência financeira que resultou da expansão anterior.

Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, diferentemente, consideram que o capitalismo dependente está fundado na superexploração do trabalho. Esses autores afirmam que ele se desenvolve produtivamente e tecnologicamente, mas com muitas contradições. Os problemas do balanço de pagamentos se apresentam de forma cíclica. Durante a expansão econômica, a entrada de capitais estrangeiros cria um superávit em fluxos de capital que se inverte mais que proporcionalmente durante as crises. Essas crises são resultado dos limites de expansão do mercado interno e externo. Durante a hegemonia britânica, o mercado internacional foi determinante para estabelecê-las. A expansão das economias dependentes, fundadas em exportações, seguia com retardo a expansão ou contração das economias centrais. Posteriormente, o mercado interno se desenvolve com o avanço da industrialização, mas não se expande o suficiente para absorver o avanço da produtividade. O resultado é uma indústria centrada na produção de bens suntuários para atender a uma demanda fortemente concentrada. O mercado interno se torna o principal determinante da expansão cíclica. A crise, entretanto, produz novamente o desdobramento da realização ao exterior

para atender a novos mercados e os mercados internacional e nacional se conjugam para determinar as fases cíclicas.

Em razão dos déficits em serviços fatoriais e não-fatoriais e dos resultados negativos que provocam a médio prazo nos fluxos de capital, a sustentação do crescimento econômico depende de expressivos saldos comerciais. Aqueles déficits são fortemente impulsionados pelo salto na entrada de capitais estrangeiros proporcionado pela industrialização. O endividamento externo é utilizado para prorrogar a fase expansiva dos ciclos, mas cria uma dependência financeira que condiciona crescentemente a dependência tecnológica e agrava mais ainda a necessidade de obtenção de superávits comerciais. Quando o financiamento encontra o seu limite na insolvência do devedor, torna-se necessário impulsionar a superexploração do trabalho para gerar os excedentes para equilibrar o balanço de pagamentos. Trata-se de um superávit comercial espúrio, fundado no barateamento da força de trabalho ou na desvalorização do câmbio, e o equilíbrio do balanço de pagamentos se estabelece num nível superior de endividamento. O resultado é uma tendência secular e relativa à estagnação do capitalismo dependente. Ela se manifesta pela redução das taxas de crescimento econômico, pelo endividamento externo crescente e pela queda da qualidade do capital estrangeiro que ingressa por assumir cada vez mais uma natureza financeira. No gráfico 3, podemos visualizar essa perda de qualidade do capital estrangeiro²⁸.

Essa tendência secular à estagnação não significa impossibilidade de crescimento. Significa apenas que como os desequilíbrios financeiros aumentam, a sua estabilização temporária a um nível superior exige esforços cada vez maiores para se deslocar a acumulação para a taxa de lucro e impulsionar o crescimento econômico. Esses esforços representam um custo social crescente, um agravamento estrutural da crise de legitimidade do capitalismo dependente e tendem a gerar períodos expansivos cada vez mais medíocres. Os limites econômicos relativos e crescentes impulsionam as tensões sociais e políticas e tornam possível a ruptura desse modelo de desenvolvimento.

Os limites econômicos podem ser observados desde o ponto de vista das forças produtivas. Como vimos, Theotônio dos Santos assinala que a dependência só possui sentido histórico do ponto de vista da organização das forças produtivas quando existe uma acumulação externa de capitais. A

²⁸ A partir dos anos 90, registra-se uma elevação expressiva da entrada do investimento direto nos fluxos de capitais estrangeiros. Entretanto, grande parte deles representou, não a entrada de novas maquinarias e equipamentos, mas conversões de dívida ou fusões e aquisições que contribuíram para desnacionalizar a economia latino-americana. Por não termos dados sobre essa desnacionalização para o conjunto da América Latina, optamos pela extensão da série indicada no gráfico 3 até fins dos anos 80.

Neste gráfico, podemos observar uma certa recuperação entre 1982-90 dos investimentos diretos estrangeiros em relação ao montante líquido do capital ingressado. Cumpre mencionar que isto se dá num momento cíclico de brutal descapitalização da região, onde o investimento direto cobre apenas 12,8% dos egressos de capital, proporção inferior a de 1968-81, quando se equiparava a 23,1% destes, cabendo aos saldos comerciais um papel central no equilíbrio dos balanço de pagamentos (CEPAL 1986, 1992) (Gráfico 6).

inexistência do setor I plenamente desenvolvido na economia dependente a leva a necessitar do ingresso de capitais externos para reproduzir-se de forma ampliada. O imperialismo encontra nesse contexto um papel integrador apesar das enormes desigualdades que produz. Entretanto, a expansão da economia mundial tende a desenvolver essa lógica integradora e a difundir esse setor às economias dependentes, tornando desnecessária a dependência que deixaria de ter base econômica para apoiar-se apenas em bases políticas (1968 e 1978-a e 1978-b). Trata-se de uma intuição genial de Theotônio, formulada em fins dos anos 60. Mas os fundamentos de sua internalização não estavam em sua integração física à economia dependente – embora não possam ser totalmente separados dela –, mas no estabelecimento de um importante sistema nacional de inovação que utilizaria a integração física à economia mundial como um insumo para o desenvolvimento da capacidade interna²⁹.

A internalização do setor I supõe um nível de integração das forças produtivas que torna possível a interdependência científica e tecnológica na economia mundial. Mas o capital internacional resiste a impulsioná-la e mesmo busca destruí-la. A integração dos mercados nacionais no mercado internacional, que alterou os padrões de acumulação nos países dependentes, está destruindo o setor industrial e de bens de capital voltado para o mercado interno desses países. Eles sofrem a concorrência da exportação de mercadorias dos países centrais. Muito limitadamente se estabelecem os fundamentos de uma divisão internacional do trabalho que articule a participação dos países dependentes na produção de partes e componentes de maquinarias, equipamentos ou componentes microeletrônicos. E quando isto ocorre se combina com restrições macroeconômicas que desviam a sua internalização da construção de um infra-estrutura científica e tecnológica que estabeleça sinergias com essa base material para desenvolvê-la. Um exemplo disso é o México. Modificou radicalmente o perfil de seu comércio exterior, incorporando na pauta exportadora componentes eletro-eletrônicos, automóveis e suas peças e componentes. Mas não domina seus fundamentos científicos e tecnológicos. Esse padrão que José Valenzuela (1990) chamou de secundário-exportador está fortemente ligado a uma industrialização liderada pelas *maquillas*. Ele representa uma economia de anexação como mencionou Ruy Mauro Marini (1992). Cria-se um setor industrial desvinculado do mercado interno, com altas taxas de importação e exportação, cuja competitividade permanece fundada na superexploração do trabalho. O resultado é a baixa capacidade de agregar valor por parte

²⁹ Esse era o eixo da crítica da teoria marxista da dependência ao projeto de industrialização de substituição de importações formulado pela CEPAL. Esta tomava a incorporação de tecnologias industriais como um fenômeno externo a ser realizado por meio do comércio exterior. Em consequência criava-se apenas um outro nível de dependência, tecnologicamente mais intensivo. A industrialização de *per se*, não romperia com a dependência. Para isso seria necessário internalizar os fundamentos da inovação tecnológica que são intangíveis e exigem a qualificação da força de trabalho, o desenvolvimento da cultura e da ciência dos países periféricos. Daí a preocupação do autor com a temática da revolução científico-técnica já no início dos anos 70

do setor manufatureiro que apesar de seu crescimento, não consegue compensar a destruição dos segmentos industriais voltados para o mercado interno, elevar a participação do setor secundário no conjunto da economia ou melhorar os termos de troca da economia mexicana. O desempenho macroeconômico do México permanece medíocre e sujeito a fortes oscilações cíclicas devido a assunção do ideário neoliberal que supõe o modelo intensivo em exportação.

Os casos de países que realizaram a transição da condição periférica para a semiperiferia (Coréia do Sul e Taiwan) ou que caminham firmemente nessa direção (China) têm em comum a ação reitora do Estado nacional para estabelecer os fundamentos internos para geração da produtividade. Eles não estavam centrados na internalização do setor industrial, embora esse fosse indispensável para o desenvolvimento de um sistema nacional ou regional de inovação, mas no desenvolvimento da qualificação da força de trabalho. Essa questão nos leva a um último ponto de comparação entre essas duas visões da dependência.

c) A dependência e suas alternativas

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, como vimos, optam pela dependência negociada. Para eles a política deveria tomar em consideração os limites determinados pela vinculação ao mercado internacional. Essa vinculação situaria não apenas os marcos estruturais, mas também o dinamismo das sociedades dependentes, em torno dos quais a ação política deveria girar. A maior desigualdade se combinaria com o maior crescimento e o modelo político deveria garantir as liberdades democráticas que permitiria aos diversos grupos sociais negociarem a distribuição dos frutos do progresso técnico.

Essa visão explica em parte a aproximação de Fernando Henrique Cardoso ao neoliberalismo nos anos 90. Com a dissolução do padrão de desenvolvimento que combinava a internacionalização dos processos produtivos com o protecionismo, o centro hegemônico se organiza para impulsionar, através do consenso de Washington, nos anos 90, o modelo neoliberal para a região. Trata-se de aceitar os novos marcos estruturais que se originam dos centros dominantes para buscar dentro deles a melhor inserção. Seguindo este enfoque, Lidia Goldenstein irá publicar *Repensando a dependência* (1994), onde defende a abertura brasileira à circulação internacional de mercadorias e de capitais.

Analisando a globalização, Cardoso (1998) retifica em parte seu enfoque anterior fundado na dependência negociada. Ele assinala que a globalização universalizou a dependência. Esta não é mais de determinados Estados em relação a outros, mas dos Estados em seu conjunto face ao capital financeiro mundial. As políticas nacionais se tornariam reféns de suas demandas, pois estes capitais, embora fossem eminentemente especulativos, afetariam a economia real ao trazerem o financiamento

internacional e novas escalas tecnológicas. Aos governantes isoladamente não restaria outra saída a não ser aceitar essa nova dependência até que se criasse um consenso entre eles para elaborar, por meio da ação coletiva, uma nova institucionalidade que regulasse esse capital pela construção de regimes internacionais. Nesse contexto, a autonomia dos Estados periféricos seria reduzida ao mínimo. Pouco relevantes politicamente, pois herdaram a dependência anterior, restaria a eles aceitar o monitoramento de sua economia pelas finanças internacionais e se somarem às iniciativas de construção de regimes internacionais a serem estabelecidos sob a liderança dos países centrais. A desnacionalização seria o preço a pagar pelo desenvolvimento (Cardoso, 1998: 85-87).

Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e o grupo marxista da dependência irão propor a construção de economias socialistas ou de transição ao socialismo como alternativa ao capitalismo dependente. Como vimos, esse socialismo deveria erradicar a pobreza e assumir uma perspectiva regional de desenvolvimento. Embora houvesse uma confrontação com a situação condicionante internacional, determinada pelos grandes monopólios e pelo Estado hegemônico, que provocaria a exclusão, em maior ou menor medida, dos fluxos de tecnologias mundiais direcionados à periferia, os níveis de desenvolvimento social a serem alcançados por esse padrão seriam inatingíveis pelo capitalismo na periferia. A perspectiva regional deveria ser estimulada e as confrontações internacionais reduzidas ao mínimo. Com isso se garantiria o acesso às tecnologias e à densidade demográfica necessária para impulsionar essa forma de desenvolvimento.

Uma análise dos resultados alcançados pelo capitalismo e pelo socialismo na América Latina e nos países periféricos permite evidenciar o seguinte: se o capitalismo dependente estabeleceu taxas de crescimento *per capita* mais altas que os países socialistas até fins dos anos 70, não conseguiu reduzir a pobreza e indigência, nem se aproximar dos indicadores sociais dos países socialistas. Se observarmos o caso de Cuba, uma ilha politicamente isolada do conjunto da América Latina e sob o embargo comercial dos Estados Unidos, podemos verificar a obtenção de níveis de escolaridade e saúde pública, sem paralelo na região, que se conservaram mesmo depois do fim da União Soviética. Entretanto, a Cuba socialista não conseguiu encontrar os caminhos do crescimento econômico. Sua renda *per capita* está estancada desde os anos 30 e não se elevou depois da revolução (Maddison, 2001:289).

A experiência dos anos 50, 60 e 70 indica que o modelo socialista encontra sua legitimidade nos níveis de desenvolvimento social que atinge. Este, entretanto, se apartava do dinamismo econômico associado à economia-mundo capitalista. Todavia, se essa era a realidade que se estabelecia durante a fase expansiva da hegemonia estadunidense, ao se aprofundar sua crise, desde

os anos 80, as relações entre desenvolvimento social e econômico vão se inverter. A economia-mundo capitalista entra numa trajetória de crise ou crescimento moderado da qual não deverá sair mais. O neoliberalismo se desenvolve como ideologia hegemônica e expõe os países periféricos que se ajustam aos seus marcos estruturais a profundos desequilíbrios macroeconômicos. O resultado são taxas de crescimento medíocres e crise de legitimidade. Diferentemente, um país socialista, como a China, que mantém o compromisso com o desenvolvimento social, a moeda local inconvertível, o controle da conta capital, mas que atrai o capital estrangeiro para ter acesso à fronteira tecnológica, em função da produtividade da sua força de trabalho, alcança excelentes resultados (Maddison, 1998).

A América Latina vive hoje um momento crítico. Ele é provocado pelo avanço das tendências seculares à estagnação que se cristalizam num alto nível de dependência financeira e pela exposição da região ao neoliberalismo que tende a conjugar déficits nos fluxos de capitais com déficits comerciais, colocando em questão a arquitetura macroeconômica de crescimento do capitalismo dependente. Esse padrão que se estabeleceu com a valorização cambial, não é significativamente alterado com o câmbio flutuante. Este é muito mais um mecanismo de ajuste às crises. Durante o período expansivo, o câmbio se valoriza pela entrada de capitais. O resultado é a diminuição do superávit comercial e sua tendência para o déficit que conduz à necessidade de novos ingressos de capitais para financiá-los. Na eclosão da crise, quando predomina a saída de capitais, o câmbio se desvaloriza e gera saldos comerciais, mas também o aumento do endividamento externo e dos encargos fatoriais da conta corrente que são pagos em dólar. Como os movimentos de capitais são mais dinâmicos que o comércio internacional, o câmbio por si só não será suficiente para gerar os superávits necessários para financiar os déficits em fluxos de capital. Torna-se necessário aprofundar a superexploração do trabalho. A retomada da expansão e das entradas de capital implicam na valorização do câmbio e colocam em questão o superávit comercial e a sustentabilidade do crescimento econômico.

O resultado parece ser uma inversão do dilema que se estabelecia sobre a região durante o auge da hegemonia estadunidense. Enquanto naquele período, como vimos, os desenvolvimentos econômico e social se afastavam, criando opções distintas, no novo contexto que se estabelece, as opções parecem ser entre o desenvolvimento social e econômico sob orientação socialista ou a deterioração social, econômica e política provocada pelo capitalismo dependente. Na última seção desse capítulo voltaremos a esse tema quando abordaremos as contribuições da teoria do sistema mundial.

ENDOGENISMO, NEODESENVOLVIMENTISMO E NEOLIBERALISMO

A teoria da dependência exerceu ampla influência na América Latina. Diversos autores se aproximaram dessa visão e forneceram análises extremamente ricas e fecundas sobre o desenvolvimento latino-americano. Entre eles se destaca Florestan Fernandes. Apesar de sua maior proximidade institucional e pessoal a Fernando Henrique Cardoso, Florestan se aproximará muito mais da versão marxista da dependência. Ele desenvolverá uma visão própria do desenvolvimento dependente mesclando os conceitos de estamentos e classes sociais. Para o autor, o capitalismo dependente tinha sua especificidade nas raízes coloniais que levavam as oligarquias dominantes a recusarem a criação de uma ordem social competitiva. Pressionadas pela reestruturação do capitalismo central são obrigadas a aceitar o mercado capitalista, mas o fazem de uma forma original. Realizam uma revolução burguesa que restringe a competição ao econômico, enquanto mantêm o subdesenvolvimento social, cultural e político que permite a manutenção do patrimonialismo e do mandonismo sob novas formas. Esse subdesenvolvimento tem sua raiz na preservação de setores arcaicos na economia nacional e latino-americana, em fenômenos como a marginalidade ou subproletarização – que limitam a extensão do assalariamento – e na superexploração do trabalho. A superexploração resultaria do padrão associado que assume o capitalismo dependente: para compensar a extração de excedentes da economia local pelo imperialismo, suas burguesias recorrem a uma sobreapropriação dos valores gerados por seus trabalhadores.

Mas a limitação da revolução burguesa ao econômico debilita as burguesias dependentes a longo prazo. Em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), Florestan ainda imaginava ser possível que em nome do capitalismo elas se voltassem contra o capitalismo dependente (Fernandes, 1981-b: 101). Entretanto, ao ver no golpe de 1964 a origem da consolidação de uma burguesia compósita, onde o capital internacional se internalizava no âmbito da nação e compunha com o estrato local a burguesia nacional, o autor abandona essas ilusões, como expressa em *Revolução Burguesa no Brasil* (1974).

Todavia, a influência da teoria da dependência começa a sofrer forte descenso em fins dos anos 70. A crise do movimento socialista que tem no golpe chileno seu momento culminante cria o ambiente sócio-político para a sua crise. A versão socialista deixa de oferecer alternativas para as mazelas da região e o conformismo da dependência negociada se torna insuficiente para atender às demandas de desenvolvimento dos segmentos médios que compõem grande parte do meio acadêmico da região. A atenção volta a se dirigir ao interior da nação para se buscar aí os obstáculos e os caminhos do desenvolvimento.

Esse caminho é inicialmente pavimentado pelo endogenismo. Suas maiores expressões podem ser encontradas nos trabalhos Francisco Weffort, Agustín Cueva e Ciro Flamarion Cardoso. O endogenismo vai atacar diretamente as teorias da dependência, acusando-as simultaneamente de contaminar as análises de classe com o conceito de nação, que não poderia ser tratado no mesmo nível de abstração daquelas, e de desprezar o interno e as lutas de classe em favor de determinações externas. A especificidade da América Latina e do seu capitalismo *sui generis*, se comparado ao dos países centrais, vai ser buscada no conceito de articulação de modos de produção. Parte-se da idéia de que numa formação social existem diversos modos de produção que se articulam para conformar uma totalidade social e que lhe conferem particularidade. Boa parte do pensamento historiográfico da região assume essa perspectiva que vai ser organizada a partir do Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em 1974, na Costa Rica.

As críticas realizadas pelo endogenismo permaneciam num terreno filosófico e não tinham muitos desdobramentos concretos. Mas ele implicava um enorme retrocesso metodológico. Ignorava-se a articulação da América Latina à economia mundial e retomava-se com outra taxonomia a polarização entre moderno e arcaico. Os conceitos de classe e modo de produção eram tratados de forma dogmática, mecânica e pouco dialética. Se classe e nação são níveis de análise distintos, isto não quer dizer que não se condicionem ou se influenciem reciprocamente, pois estão integrados na mesma realidade. Por outro lado, a crítica sobre a desconsideração do interno e das lutas de classes demonstrava a leitura superficial e a incompreensão das teses das teorias da dependência.

O endogenismo contudo preparou o terreno para isolar o interno de sua articulação ao externo, contribuindo para o ambiente em que nascerá o neodesenvolvimentismo. Este enfoque retomará a problemática da industrialização articulando-a com a democratização do Estado. Esta será vista, inicialmente, como condição para o atendimento das demandas sociais e, posteriormente, para o próprio êxito da industrialização. As principais referências desse enfoque são Maria da Conceição Tavares (1978 e 1998), João Manuel Cardoso de Mello (1990), José Luis Fiori (2003) e Antônio Barros de Castro (1985).

Tavares escreve *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1974) e *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira* (1978), sob forte inspiração kaleckiana, onde defende que a dinâmica do ciclo econômico brasileiro tornou-se endógena, ao superar a fase de industrialização restringida dos anos 50, e é determinada pelo investimento no setor de bens de capital e a sua capacidade de antecipar a demanda. O balanço de pagamentos não representa qualquer restrição ao crescimento, pois seus déficits são financiados externamente desde que se mantenha o

atrativo para o investimento³⁰. As interrupções cíclicas ocorrem em razão das desproporções provocadas pelo desenvolvimento da industrialização pesada num país subdesenvolvido. A demanda do setor de bens de capital é predominantemente inter-industrial, mas o seu peso relativo é pequeno e reduz seus mercados. Tais problemas deveriam exigir a intervenção anti-cíclica do Estado para manter o dinamismo dos mercados e o crescimento. Todavia, este crescimento, poderia se realizar com piora na distribuição de renda, já que não dependia do consumo individual³¹.

Jorge Castañeda vai levar o neodesenvolvimentismo ao mais completo paroxismo ao postular em *El economismo dependentista* (1978) que os países latino-americanos eram imperialistas. Para isso vai interpretar o pensamento leninista com “liberdade” e afirmar que o imperialismo não se definia pela exportação de capitais, mas sim pela formação do capital financeiro, derivado da fusão do capital industrial com o bancário.

A crise da dívida, nos anos 80, vai exigir mais cautela, embora alguns como Antônio Barros de Castro continuassem a defender nos anos 80, a solidez da economia nacional diante das restrições externas. Em *A economia brasileira sob marcha forçada* (1985) ele irá argumentar que o projeto de substituição de importações lançado no II PND e financiado com o endividamento teria rompido definitivamente com o subdesenvolvimento e aumentado a autonomia da economia brasileira, a ponto de lhe permitir reduzir as importações e gerar superávits comerciais que financiariam os serviços da dívida externa.

A história é por demais evidente para nos determos nessas formulações. Com a crise dos anos 80, o pessimismo do neodesenvolvimentismo com a distribuição de renda se estende ao próprio êxito da industrialização. Se anteriormente se afirmava que era necessário o controle democrático do Estado para dirigir a industrialização para os bens de consumo de massa, agora se afirma que a própria industrialização depende do controle do Estado para que através dele se estabeleça um capitalismo organizado. Essa tese é defendida com maior destaque por José Luis Fiori. Ele vai produzir um amplo conjunto de trabalhos, nos anos 90, afinados com sua tese de doutorado intitulada *O vôo da coruja*, apresentada em 1984.

³⁰ Este enfoque é defendido por João Manuel Cardoso de Mello em sua tese de doutorado apresentada à UNICAMP, *O Capitalismo tardio* (1975), sob forte influência de Tavares.

³¹ Em 1978, às vésperas da crise da dívida externa, Maria da Conceição Tavares assim se referia aos riscos do endividamento externo: “Por outro lado, malgrado o agravamento da situação do balanço de pagamentos em conta corrente, também não cessaram a entrada de capitais de risco nem o afluxo de créditos de fornecedores, o que permitiu um crescente endividamento oficial para manter a execução dos projetos de interesse conjunto do Estado e do grande capital internacional [...] Isto demonstra, uma vez mais, a insubsistência da hipótese dos “limites externos” ao crescimento. Este se torna problemático, sobretudo devido ao agravamento da “crise interna” por problemas crescentes de compatibilização de interesses contraditórios de grandes grupos diante da reversão das tendências de expansão da economia nacional” (Tavares, 1998: 118)

Analisando principalmente o Brasil, Fiori afirma que o problema de seu desenvolvimento é que não se constituiu um setor financeiro suficientemente centralizado para financiar o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro. O resultado é a dependência financeira e a sujeição às restrições externas por não se estruturar um padrão de financiamento nacional do desenvolvimento. Ao se perguntar o porquê da inexistência desse padrão, Fiori assinala a existência de um pacto oligárquico, que se redefine a partir de 30, mas que mantém desde então o Estado sob controle e impede a concentração de propriedade e poupança – que o jogo competitivo proporcionaria ao destruir e centralizar capitais – necessária para a centralização financeira. A preservação das tradições patrimonialistas seriam as responsáveis por nosso subdesenvolvimento.

Mas caberia ainda uma pergunta: qual o segredo da força desse pacto oligárquico? Fiori (2001 e 2003) e Tavares (1999 e 2001) buscarão respostas na extensão do território nacional que permite a extensão da fronteira agrícola e no uso do crescimento econômico como ideologia. Estes fatores acomodariam as tensões sociais e permitiriam uma permanente fuga para frente.

Entretanto, outros países da América Latina, como Chile e Argentina, não possuem uma grande fronteira agrícola e estão submetidos à mesma dependência financeira. O crescimento econômico acelerado se exauriu desde os anos 80 e o Estado brasileiro realiza durante o governo de Fernando Henrique Cardoso uma brutal centralização de recursos financeiros através do aumento da arrecadação estatal. Mas nem por isso o pacto oligárquico se desfez. A explicação que Fiori e Tavares dão nos parece insuficiente. Ao nosso ver a razão da dependência financeira deve ser buscada no pacto por superlucros que os empresários nacionais realizam com o capital estrangeiro. Eles não têm a intenção de formular essa centralização financeira independente. A busca por parte do neodesenvolvimentismo de uma burguesia nacional que não existe, o leva ao pessimismo pouco disfarçado nos escritos de Fiori, que dedica-se muito mais a mostrar as insuficiências do padrão neoliberal do que a indicar caminhos alternativos.

A crise dos anos 80 arrasta o neodesenvolvimentismo e no Brasil é decisiva para isso a gestão desastrosa de seus principais representantes na economia, durante o Plano Cruzado, quando a subestimação das restrições do balanço de pagamentos ao crescimento econômico levou o país à insolvência e à moratória técnica.

O neoliberalismo se torna hegemônico nos anos 90 e se aproveita para isso da crise do neodesenvolvimentismo. Este, ao não enfrentar os limites estabelecidos pela dependência em sua oscilação cíclica recessiva, torna-se incapaz de formular um projeto de desenvolvimento para a região e abre o espaço para ofensiva neoliberal que se organizava desde os grandes centros. Este enfoque vai

ganhar enorme projeção na região, inclusive sobre a CEPAL, que vai se submeter a seus temas e categorias, produzindo uma curiosa inversão histórica em relação ao contexto dos anos 50, quando neoliberais como Campos se expressavam fazendo concessões à linguagem e à temática estruturalista³².

Nos anos 90 se afirma o consenso de Washington que propõe o desmonte das políticas de substituição de importações e a assunção do ideário da competição como eixo de sua reestruturação. Esse consenso girava em torno a dez pontos de formulação de políticas públicas entre os quais se destacavam: a eliminação dos déficits fiscais, a desregulamentação da economia, a privatização e a apreciação cambial. No Brasil, entre os que mais se lançam na defesa do neoliberalismo estão Gustavo Franco (1999) e Lúcia Goldenstein (1994).

Franco vai postular a necessidade de uma ampla abertura comercial e financeira, articulada por uma âncora cambial, para que o Brasil e a América Latina possam reencontrar os caminhos do desenvolvimento. O autor lança um forte ataque à substituição de importações e a considera responsável pela estagnação da região. A abertura eliminaria a proteção que favorece o rentismo e tornaria a competitividade um objetivo essencial do empresariado nacional. O investimento estrangeiro, estimulado pelas novas condições sistêmicas, afluiria à região e traria novas tecnologias elevando a produtividade. Esta seria chave para sustentar a apreciação cambial que iniciaria todo o processo. Para o autor, a macroeconomia da região deveria passar do equilíbrio em conta corrente, da década de 80, para déficits estruturais que seriam financiados pelo ingresso contínuo de poupança externa, sob a forma de investimento direto.

Segundo Franco, apreciação cambial, déficits em conta corrente, poupança externa e produtividade criariam um círculo virtuoso que estabeleceriam uma lenta convergência com as taxas de produtividade internacionais. Na mesma linha se situam os trabalhos de Goldenstein. Ela propõe a desregulamentação da circulação de capitais e mercadorias, a privatização, a valorização cambial e a estabilização monetária para impulsionar os fluxos de capital externo, principalmente produtivos. A chave da recuperação e da reinserção consiste em obter uma reestruturação produtiva em função das condições de rentabilidade capitalista que exijam os investidores internacionais, procurando, mas não impondo, que os novos fluxos desses investimentos sejam produtivos e não especulativos.

³² Exemplo desde giro no pensamento cepalino é a proposta de uma integração regional aberta, onde se postula que a integração financeira, tecnológica e comercial ao mercado mundial seria a chave para impulsionar a competitividade e reduzir o parasitismo dos grupos monopólicos locais. A tarifa aduaneira deveria ser bastante limitada e o Estado teria de restringir sua intervenção na economia, dedicando-se a promover os investimentos em educação e infra-estrutura, bases para a transformação produtiva, a inovação tecnológica e a equidade. Veja-se *La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años 90* (1990), y *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad* (1994).

As teses neoliberais demonstram um enorme desconhecimento da realidade histórica latino-americana e da nova divisão internacional do trabalho. Podemos resumir seus principais defeitos:

a) Elas vêem as contribuições do capital estrangeiro apenas a partir dos fluxos que se estabelecem na conta financeira não integrando-os à balança de serviços fatoriais ou aos pagamentos de fretes e serviços tecnológicos, fortemente articulados ao capital, mas que são incluídos nos serviços não-fatoriais. Por isso, propõem a ampla abertura da economia nacional e vêem no capital estrangeiro um financiador dos déficits que dela resultariam. Mas este capital, como mostramos, definitivamente não tem essa função;

b) A abertura da economia articulada à valorização cambial resulta em déficits em conta corrente muito superiores aos imaginados por Franco ou Goldenstein. Durante a gestão do primeiro na presidência do Banco Central, entre 1994-8, esses déficits cresceram à taxa anual de 106%, o que por si só dispensa qualquer consideração sobre a sua sustentabilidade. Manter esta âncora exigiria uma situação de depressão profunda e liquidação de ativos – cujo melhor exemplo é a economia argentina sob a gestão de Menen e De la Rúa – que não seria compatível com a elevação sustentada da produtividade sonhada por Franco; e

c) Situar a elevação da produtividade como o objetivo central das economias periféricas é um grande equívoco. A nova fase da dependência supõe a elevação da produtividade na periferia, mas ela não significa uma convergência com os padrões de renda dos países centrais. Pelo contrário. Caso uma economia não domine as fontes da inovação tecnológica, a elevação de sua produtividade significará a deterioração dos termos de troca. A globalização e o desenvolvimento da revolução científico-técnica constroem cada vez mais uma economia em que a capacidade de agregar valor está centrada na qualidade das mercadorias e em seu valor de uso, não na produtividade. A economia latino-americana é um exemplo disso. Aumentou em muito o coeficiente do comércio exterior sobre o PIB, se tomarmos como referência o início dos anos 80, mas o fez reduzindo o poder de compra de suas exportações. O caso mais expressivo é o Chile³³.

Depois de êxitos efêmeros, o neoliberalismo entra em crise a partir da segunda metade dos anos 90, quando se aprofunda a crise do balanço de pagamentos na América Latina. A conjuntura política gira para a esquerda. Ela se articula com o fim do crescimento acelerado da economia estadunidense e a ofensiva mundial dos movimentos sociais que encontram seu momento de maior organização nas diversas versões do Fórum Social Mundial, sediadas até 2002 em Porto Alegre.

³³ Orlando Caputo (2000 e 2001) tem analisado em diversos trabalhos a deterioração dos termos da troca do cobre chileno, como expressão de sua internacionalização e elevação da produtividade.

Abre-se o espaço na região para a ofensiva, ainda em gestação, das teorias do sistema mundial.

AS TEORIAS DO SISTEMA MUNDIAL E A DEPENDÊNCIA REVISITADA

O PARADIGMA DO SISTEMA MUNDIAL

A crise do neoliberalismo põe em destaque outra formulação que havia se desenvolvido, a partir de meados dos anos 70, em forte conexão com as teses da dependência: as teorias do sistema mundial, na versão organizada desde o Fernand Braudel Center. Sua contribuição para a análise do desenvolvimento é tripla: situa a economia-mundo como o principal objeto de análise; estabelece uma divisão tripartite da economia mundial, para incluir a semiperiferia; e propõe como caminho para o socialismo a revolução mundial.

Grande parte das motivações analíticas do enfoque do sistema mundial originou-se a partir das teorias da dependência. Como vimos, estas haviam destacado o compromisso entre classes sociais de distintos Estados-nações, descortinando a existência de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada que o fundamentava. A economia mundial tornava-se o âmbito próprio da acumulação capitalista. Mas as teorias do sistema mundial foram além. Partiram das contribuições das teorias da dependência para descobrir no sistema interestatal a superestrutura política da economia-mundo. Formulam o conceito de moderno sistema mundial e analisam o seu funcionamento. Hegemonia, ciclos e tendências seculares conjugam-se para abrir um campo interpretativo monumental, de intensa fecundidade, em grande parte, ainda inexplorado.

O diálogo entre o enfoque do sistema mundial e o da dependência torna-se da maior importância para compreendermos os desafios que se lançam nos caminhos dos países periféricos e, em particular, da América Latina. Interpretando a América Latina e a economia-mundo de uma forma original e independente das lentes desenvolvimentistas nacionalistas, estadunidenses ou soviéticas, as teorias da dependência ganharam corações e mentes e transformaram as ciências sociais latino-americanas em mundiais³⁴.

É nesse espírito de diálogo e integração científica que analisamos a seguir as principais contribuições do enfoque do sistema mundial para o desenvolvimento latino-americano no século que se abre.

³⁴ Theotônio dos Santos, em seu *Memorial* (1994) e em seu livro *Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico* (2000-a), considera a teoria da dependência dos anos 60 e 70 a primeira etapa da construção de uma teoria do sistema mundial, mais ampla, para a qual deve convergir e se integrar. Ver também seu artigo em homenagem a Immanuel Wallerstein (2000-b).

AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS

Uma das mais importantes contribuições desse enfoque foi integrar a economia-mundo à sua superestrutura política e analisá-las como um sistema. Daí surgem os conceitos de Estado hegemônico, ciclos sistêmicos e tendências seculares que buscamos vincular em outros trabalhos aos de tendência decrescente da taxa de lucro, ciclos de Kondratiev e revolução científico-técnica (Martins, 2003). A superestrutura da economia-mundo é o sistema inter-estatal. Este estabelece uma assimetria estrutural entre a política e a economia que permite situar o lucro como objetivo fundamental do sistema. Esse sistema é coordenado pelo Estado hegemônico que concentra a soma de poderes produtivo, comercial e financeiro necessária para instituir pela combinação de coerção e consenso um conjunto de regras que são aceitas pelos demais Estados e viabilizam o funcionamento da economia mundial em seu proveito. As tendências seculares do capital centradas na acumulação ilimitada se desenvolvem e com ela a difusão dos fundamentos econômicos do poder do Estado hegemônico, provocando-lhe significativos déficits em conta corrente. O período de expansão sistêmica dá então lugar à crise onde a posição de hegemón é disputada por blocos liderados por Estados rivais. Essa crise é relativamente longa e dá lugar ao caos sistêmico que representa períodos de guerra de 30 anos, onde uma nova hegemonia se estabelece e restitui o sistema em nível superior. Entretanto, esse sistema é histórico e a partir de um certo momento o desenvolvimento da tendência decrescente da taxa lucro, como principal contradição secular do capitalismo, esgota sua vitalidade e a possibilidade de restituir os ciclos de hegemonia.

Não há espaço para nos aprofundarmos aqui nestes conceitos. Buscaremos tão somente indicar de que forma eles nos ajudam a interpretar a trajetória da América Latina e as encruzilhadas que para ela se apresentam. Antes porém cumpre nos determos, inicialmente, em outros aportes do enfoque do sistema-mundo

Outra contribuição é a construção do conceito de semiperiferia. Ele se refere teoricamente aos países que possuem renda média por ter um equilíbrio entre perdas e ganhos nos excedentes econômicos que são apropriados internacionalmente. Esse equilíbrio derivaria do fato de produzirem, em igual medida, mercadorias de baixo valor agregado e alto valor agregado. Mas, como destacam Wallerstein e Arrighi, a semiperiferia, mais que uma função econômica, exerceria sobretudo uma função política no sistema mundial, estabilizando-o, por mobilizar as expectativas de ascensão que em realidade apenas poucos Estados alcançariam. Embora concordemos com os autores sobre a função política da semiperiferia, consideramos que não se deve exagerar seu papel. A divisão internacional do trabalho está fundada muito mais em relações polarizantes do que na existência

desse intermediário. E a solidariedade que se estabelece entre as classes dominantes tem muito mais base na superexploração e nas restrições a uma ordem interna competitiva, como ressaltava Florestan Fernandes, que nas expectativas de mobilidade ascensional estatal *de per si*. Por outro lado, há problemas na identificação empírica do que é semiperiferia. Arrighi (1997) e Wallerstein (1979) utilizam como principal referência a percentagem que um país possui da renda *per capita* do núcleo orgânico da economia mundial, composto pelo *hegemón* e os países centrais. Eles elaboram uma vasta lista da semiperiferia e incluem nela países como Brasil e o México que teriam menos 20% dessa renda, segundo os cálculos que apresentam, apoiados em dados do Banco Mundial. Essa inclusão nos parece exagerada e indica a ausência de critério empírico bem definido para medir essa zona da economia mundial.

Arrighi (1997) define cinco situações possíveis para situar um país na economia mundial. Ele pode fazer parte do núcleo orgânico, da semiperiferia ou periferia. Mas também pode estar na zona de transição entre o núcleo orgânico e a semiperiferia ou entre a periferia e a semiperiferia. Entretanto, nem ele ou Wallerstein apresentam um critério empírico para definir seus limites. Um critério possível, que apresentamos para medir a inserção dos diversos países, é o de dividir em partes iguais o grau de participação na renda do núcleo orgânico para situar essas zonas e delimitar uma margem de transição entre elas. Por exemplo, poderia se atribuir uma faixa de 10% para cada transição e teríamos: na periferia os países com até 27% da renda *per capita* do núcleo orgânico, na semiperiferia aqueles com 37%-64% dessa renda; e no núcleo orgânico aqueles que ultrapassassem os 74%. Por esse critério, pelos números fornecidos por Arrighi, a América Latina nunca teria estado na semiperiferia. Se tomarmos em consideração os indicadores fornecidos por Maddison, que computam a renda *per capita* a partir da capacidade de consumo interno, a América Latina, no século XX, estaria a maior parte do tempo na zona de transição entre a periferia e a semiperiferia, caindo para a periferia a partir dos anos 80 (Gráfico 4). Mas os indicadores não devem substituir a análise qualitativa. Podemos afirmar que a América Latina quando se aproximou da semiperiferia pertenceu à sua parte inferior e, portanto, dependente da economia mundial, vinculando-se conceitualmente muito mais à condição periférica do que a uma situação de equilíbrio.

A terceira contribuição refere-se à estratégia revolucionária. Wallerstein afirma que a atual crise de hegemonia do moderno sistema mundial é também a crise do sistema inter-estatal. Ela se estabelece desde 1968 e se manifesta nas crises do Estado de bem-estar social, desenvolvimentista e socialista. Essas formas, segundo o autor, são expressões distintas do reformismo liberal que utiliza o Estado e a nação como os instrumentos institucionais e ideológicos de sua dominação das massas

populares. O Estado de bem-estar social desloca para si as pressões sociais para melhoria da qualidade de vida e passa a gerenciá-las segundo um ritmo compatível com a acumulação capitalista. As reivindicações são atendidas desde uma burocracia que coloca as massas em estado de passividade e espera. Esta espera é alimentada por uma melhoria lenta, ordenada, mas contínua das condições de vida. O Estado desenvolvimentista também impulsiona o ideal de reformas, mas o faz de forma distinta. Aqui as melhorias sociais e o próprio bem-estar organizado desde o Estado são condicionados ao desenvolvimento a ser alcançado por sua liderança na organização das políticas públicas. A espera pelas reformas sociais é mais longa, pois é necessário alcançar este condicionante, o desenvolvimento, para viabilizá-las. Mas o desenvolvimento é visto como um processo contínuo e gradual e se inicialmente os benefícios distribuídos às massas seriam mais escassos, depois se intensificariam em razão da aceleração do próprio desenvolvimento.

O Estado socialista não se excluiu da hegemonia liberal. Aceitou suas principais teses que podem ser resumidas pelo fato de que: a nação é o âmbito fundamental de organização da vida social; e a revolução não pode ser uma ação internacional, mas deve se submeter aos limites da soberania nacional. A Guerra Fria organizou-se a partir da comunhão dessas premissas entre socialistas e liberais, restringindo a ação de cada uma dessas ideologias às suas zonas de influência. Mas o socialismo que daí emergia era maculado pelo liberalismo. Não pretendia destruir e superar o Estado e o sistema inter-estatal que garantiam a dominação capitalista e liberal.

Segundo Wallerstein (1995, 1999, 2000), o nacionalismo era um antídoto contra o socialismo e permitirá aos liberais, por mais de um século, vencerem seu desafio. O grande medo dos liberais dos séculos XIX, que os aproximava de conservadores como Montesquieu e Tocqueville, era que a liberdade, ao ser estendida aos não-proprietários sob a forma de sufrágio universal, conduzisse à ditadura da maioria. Por isso relutavam enormemente em realizar esse movimento. O liberalismo era uma ideologia centrada no indivíduo e pretendia defendê-lo contra a tirania do Estado, organizando um sistema representativo que garantisse os direitos individuais de propriedade, pensamento e expressão. Era vulnerável, portanto, a uma ideologia, como o socialismo, que associava a liberdade à defesa dos interesses das grandes massas populares.

Pressionados pelos socialistas para a universalização de direitos civis e políticos, os liberais usam a repressão enquanto buscam uma forma de resolver o impasse. E a encontram no nacionalismo que surge como uma ideologia de toda a nação, centrada no Estado e em sua capacidade de oferecer melhorias sociais. Este nacionalismo vai se articular, entretanto, fortemente com o imperialismo, o chauvinismo e a hostilidade ao estrangeiro. A apropriação internacional de excedentes será

fundamental para impulsionar a sua capacidade de elevar os padrões de vida das massas e atender às pressões de participação política.

Este foi um longo processo social, como assinala o autor, e a sua difusão circunscreveu o socialismo ao âmbito nacional e o transformou numa ideologia divisionista, já que se dirigia a uma parte da nação e não ao seu conjunto. O resultado foi sua derrota política global, embora tenha conquistado vitórias locais onde falhava a capacidade do Estado em convencer as massas de que sua vida iria melhorar no médio e longo prazo. O elo mais fraco do liberalismo foi o Estado desenvolvimentista.

Wallerstein (1996) se refere às teorias da dependência como um enfoque politicamente radical que denuncia as insuficiências do desenvolvimentismo e suas promessas de reformas sociais. Mas ele assinala que seu programa de transformações econômicas era decepcionante e não estava à altura de sua radicalidade política, pois se apoiava no Estado nacional.

Para o autor, a entrada da economia-mundo numa crise longa e que se associa ao esgotamento de suas tendências seculares coloca o liberalismo definitivamente em ocaso como ideologia e, com ele, o Estado-nação. As lutas pela emancipação humana rompem as cadeias do Estado nacional e se tornam mundiais. 1968 é a primeira expressão desse processo. Cria-se um movimento mundial que resgata as bandeiras da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade e as lança contra o imperialismo, a tecnocracia, a desigualdade e a intolerância. A recomposição conservadora que se estabelece não nega as postulações de Wallerstein. Pelo contrário. O liberalismo é uma ideologia centrada e de negociação e seu deslocamento em favor do fundamentalismo neoliberal demonstra a crescente dificuldade do sistema em negociar. 1989-91 expressa a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética e impulsiona o esgotamento do liberalismo ao eliminar as perspectivas do socialismo num só país ou região. O conservadorismo, inicialmente, sob a forma de neoliberalismo, e o socialismo, sob a forma de movimentos sociais e políticos mundialmente articulados, se batem para ocupar o lugar que vai sendo deixado pelo liberalismo. As lutas mundiais assumem crescente protagonismo nas lutas sociais e se tornam cada vez mais condição para a conquista de vitórias nacionais e regionais.

BALANÇO DAS CONTRIBUIÇÕES

Que resultados podemos tirar desse enfoque para situarmos a América Latina na etapa atual desenvolvimento do sistema mundial?

Do conceito de ciclos sistêmicos podemos estabelecer certos padrões de repetição que se manifestam em um contexto estrutural distinto, determinado pelo grau de desenvolvimento das

tendências seculares do sistema. Se analisarmos do ponto vista cíclico e enfatizarmos os padrões de repetição, não é difícil verificar que a América Latina representa hoje no sistema mundial o mesmo papel que as colônias asiáticas desempenharam durante a hegemonia britânica. Periferia de um *hegemón* decadente, torna-se objeto de seu poder regional para lhe postergar o descenso.

Sujeitas à hegemonia ideológica britânica, suas colônias ou quase-colônias, como Índia e China, aplicaram as políticas decadentistas e os resultados foram os piores possíveis: taxas de crescimento econômico inexpressivas ou negativas, aumento das tensões e da sedição social. Entretanto, a elevação dos custos de proteção do sistema-mundo para um nível superior à capacidade militar do *hegemón* e a sua necessidade de obter legitimidade em bases nacionais e regionais para se projetar como uma liderança mundial tornou a descolonização do império britânico um processo sem grandes resistências em comparação ao de potências menores como França e Portugal.

Se olharmos a América Latina e sua posição no mundo as semelhanças são impressionantes. Submetida a processos seculares de restrição ao crescimento que se manifestam, desde os anos 80, na dependência financeira, a região se submete ao neoliberalismo e à desarticulação da macroeconomia que respaldava seu crescimento para conter os déficits em conta corrente dos Estados Unidos e aumentar sua competitividade. O resultado, é uma significativa deterioração econômica da região. Ela perde o contato com as taxas de crescimento dos países centrais e da economia mundial. Desfazem-se as ilusões de pertencer à semiperiferia e a América Latina afunda-se no âmbito da periferia. A continuar essa trajetória, a região deverá participar precariamente do já moderado Kondratiev ascensional que se apresenta na economia mundial desde 1994. (Gráficos 4 e 5).

Entretanto, a história não é feita apenas de repetições, nem pode ser determinada apenas teoricamente. As decisões são tomadas concretamente, na práxis. O tempo histórico se acelera e a capacidade de agregação sistêmica do *hegemón* enfrenta cada vez mais dificuldades. A crise que se apresenta não é apenas de hegemonia. É a crise do capitalismo histórico, do imperialismo e do ocidentalismo. Não é a toa que a sua face mais radical está se apresentando no Oriente. Este deve imobilizar boa parte do aparato militar e financeiro do *hegemón*. Mas a vitória definitiva sobre o imperialismo não pode ser apenas regional. Abre-se o espaço para uma firme atuação latino-americana em busca da reconstrução dos seus caminhos de desenvolvimento e do estabelecimento dos marcos de um novo sistema mundial de natureza pós-hegemônica. Para isso é necessário uma confrontação radical com a estrutura do capitalismo dependente e com o imperialismo e instituir uma sociedade fundada no aumento do valor da força de trabalho. A diversidade de forças políticas,

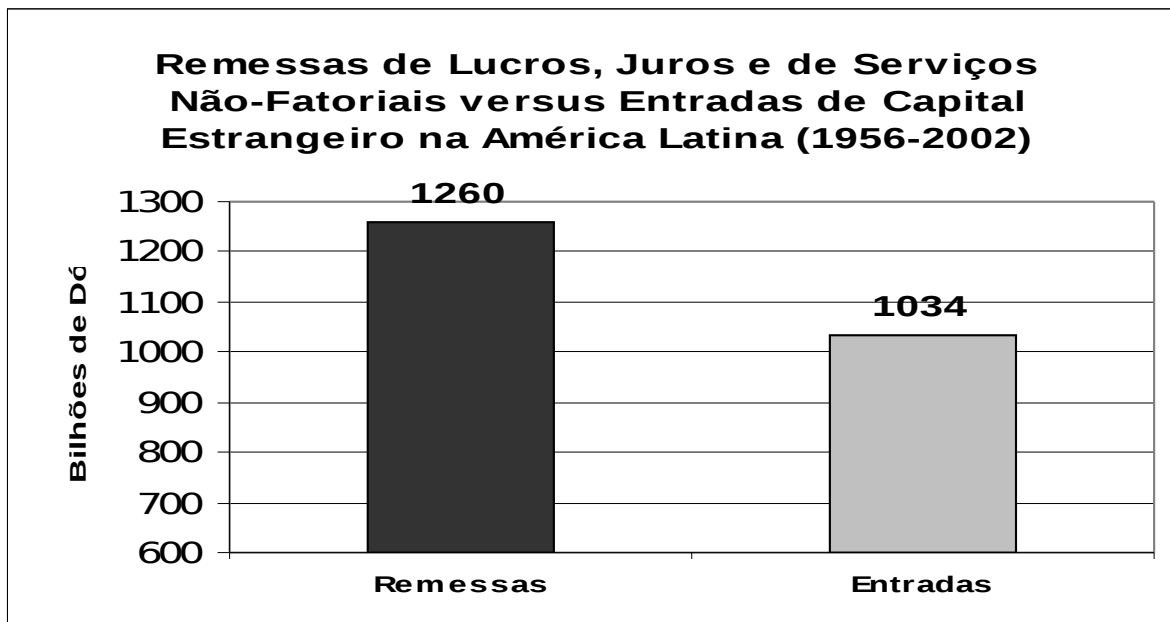
sociais e econômicas que se apresentam na economia mundial pode permitir um significativo apoio internacional a esse projeto.

Grande parte das forças que dirigem os Estados-nacionais da economia mundial tem compromissos históricos com os movimentos sociais que se unem cada vez mais contra a superexploração. O aumento do grau de mobilização desses movimentos pode levar à projeção de novas lideranças que busquem uma canalização política dessas demandas. Por outro lado, as tentativas de formulação de uma resposta imperial à crise do capitalismo histórico encontram resistência crescente entre diversas frações das burguesias dos países centrais, pelo temor do fortalecimento desmesurado do dirigismo estadunidense. Finalmente, o aumento da complexidade da economia mundial e a crise de hegemonia estabelece uma autonomia relativa cada vez maior entre empresas e Estado. Isso explica o porquê de a China, dirigida pelo Partido Comunista, disputar hoje a liderança na captação de recursos internacionais com os Estados Unidos. O aumento do valor da força de trabalho em países dependentes cria uma relação produtividade/custo que se for tomada isoladamente favorece ao investimento mundial. A resistência do grande capital internacional em aceitar essa elevação, pode encontrar o concurso de outros segmentos do capital que menos internacionalizados, mas movidos pela competição busquem ocupar esse espaço.

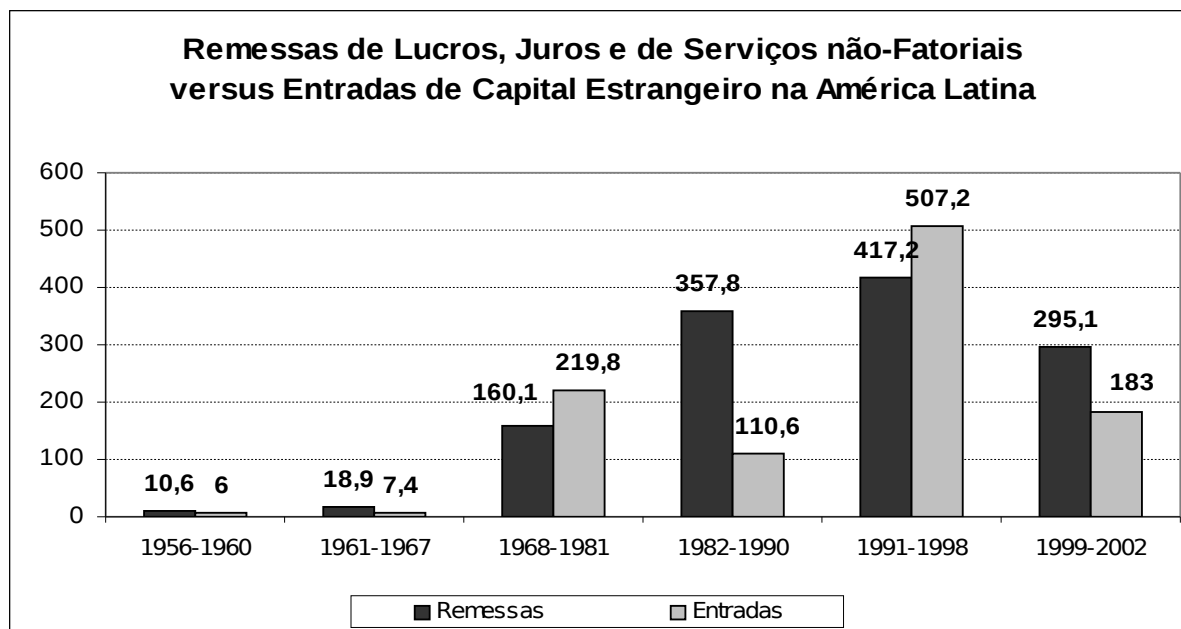
Em relação ao debate sobre as dimensões nacionais, regionais ou mundiais do movimento anti-sistêmico, consideramos inegáveis as postulações das teorias do sistema mundial de que a conjuntura em que vivemos combina de forma bastante próxima essas diversas dimensões. O espaço para autonomia entre elas diminuiu e o socialismo será um processo mundial ou não se estabelecerá de maneira durável. Mas ainda há autonomia relativa entre essas dimensões e negá-la em nome da revolução mundial é um grave erro. A projeção dos movimentos anti-sistêmicos no plano mundial não poderá se realizar sem expressivas vitórias nacionais e regionais que se alimentarão mutuamente. Como postula a teoria da dependência e certas frações do neodesenvolvimentismo, o Estado periférico com níveis de produtividade médios e dimensões continentais ainda é um âmbito fundamental para realização de políticas. Esses Estados têm um papel econômico e político da maior importância a ser desempenhado, como revela o exemplo da China. Na América Latina, Brasil e México são países com bases tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais heterogêneas e importantes bases demográficas. Sua população e seu mercado interno não foram integrados às forças produtivas disponíveis internamente. Há, portanto, uma grande tarefa de integração nacional a ser realizada que alavancaria de *per si* as suas taxas de crescimento econômico para muito acima das que hoje vem sendo obtidas no padrão neoliberal. Essa integração ao socializar as forças produtivas a essa

população desenvolveria amplamente a sua capacidade de produção científica, tecnológica e cultural e representaria ao mesmo tempo um importante força de articulação regional.

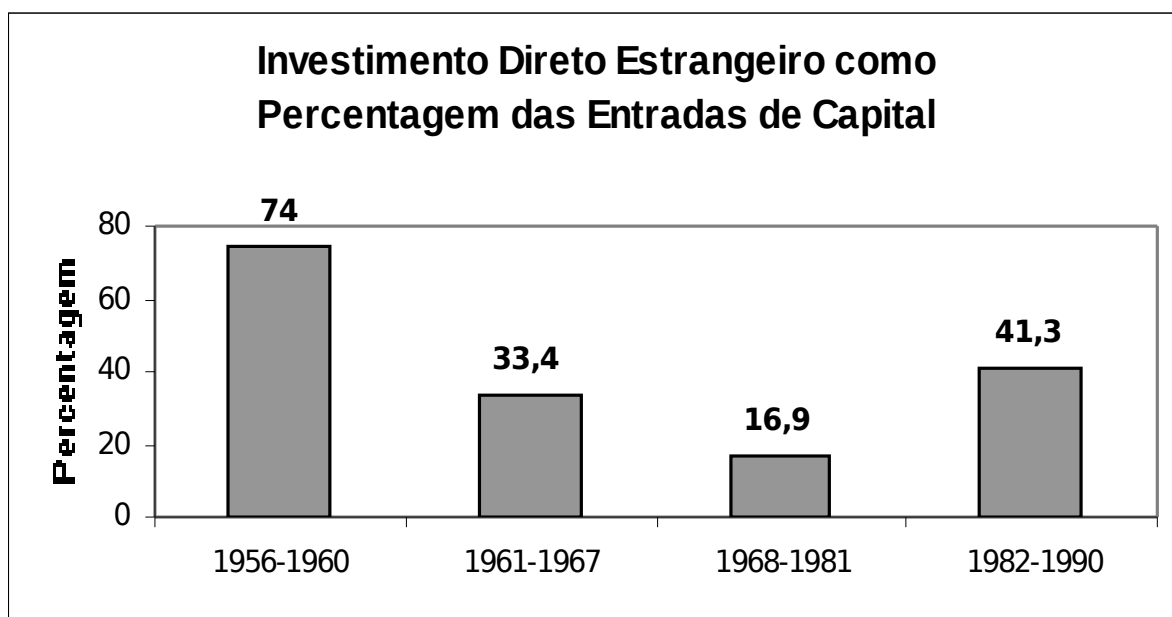
A América Latina está hoje no âmbito de uma grande encruzilhada: sofre uma crise de seu balanço de pagamentos que possivelmente deve se aprofundar e se estender. Se observarmos os padrões cíclicos de fluxos de capitais externos na região, podemos verificar que, no período que se abre em 1998, para estar em sintonia com suas tendências históricas, a descapitalização deverá se intensificar. A percentagem das entradas em relação aos egressos de capital estrangeiro ainda está muito alta para períodos recessivos (marcados em negro no gráfico 6). Esta tendência poderá ainda ser estimulada pelo enxugamento da liquidez internacional provocado pelos gastos estadunidenses com a guerra e a ocupação. O resultado poderá ser mais superexploração e estagnação ou depressão econômica. No entanto, caberá às lideranças políticas da região decidir seu destino, desafio do qual não podem se furtar e que lhes será cobrado num futuro próximo.

GRÁFICO 1

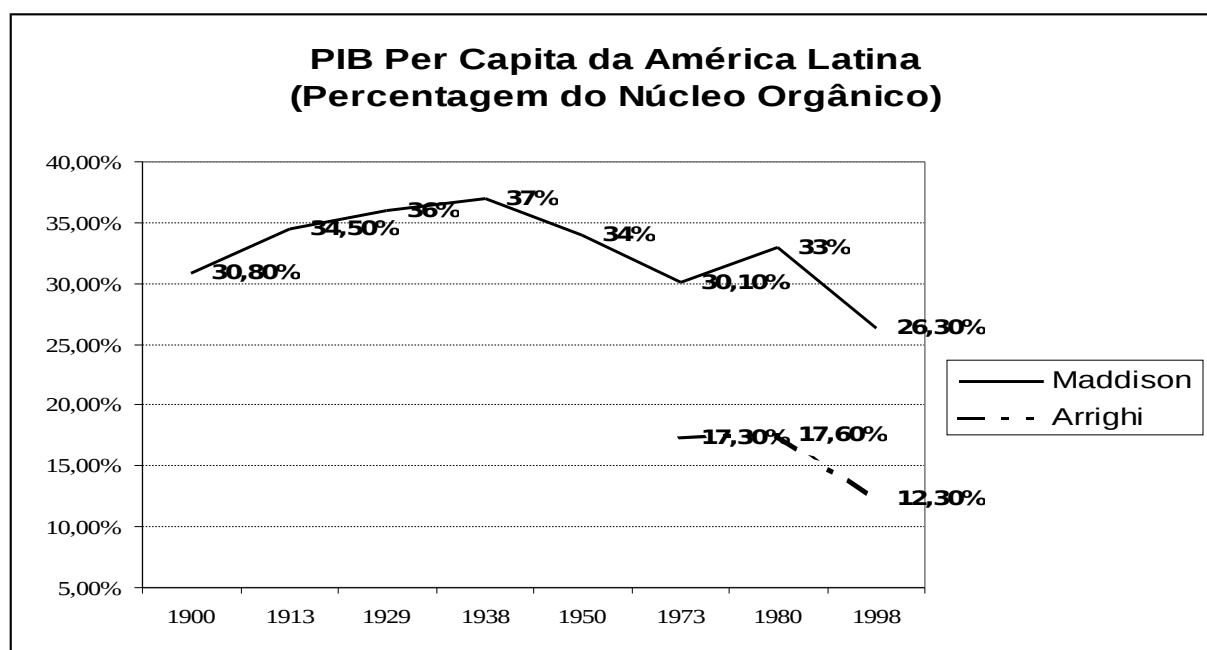
Fonte: Criado pelo autor a partir das séries da CEPAL (1986, 1992 e 2003).
Exclui-se viagens dos serviços não-fatoriais.

GRÁFICO 2

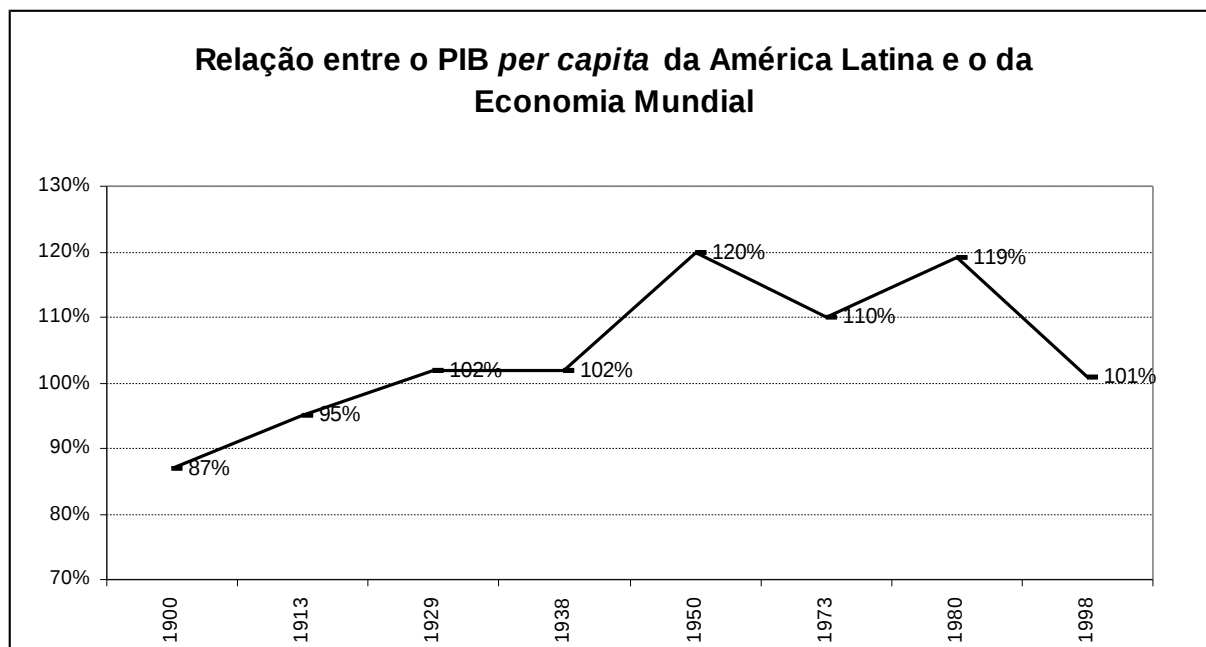
Fonte: Criado pelo autor a partir das séries da CEPAL (1986, 1992 e 2003).
Exclui-se viagens dos serviços não-fatoriais.

GRÁFICO 3

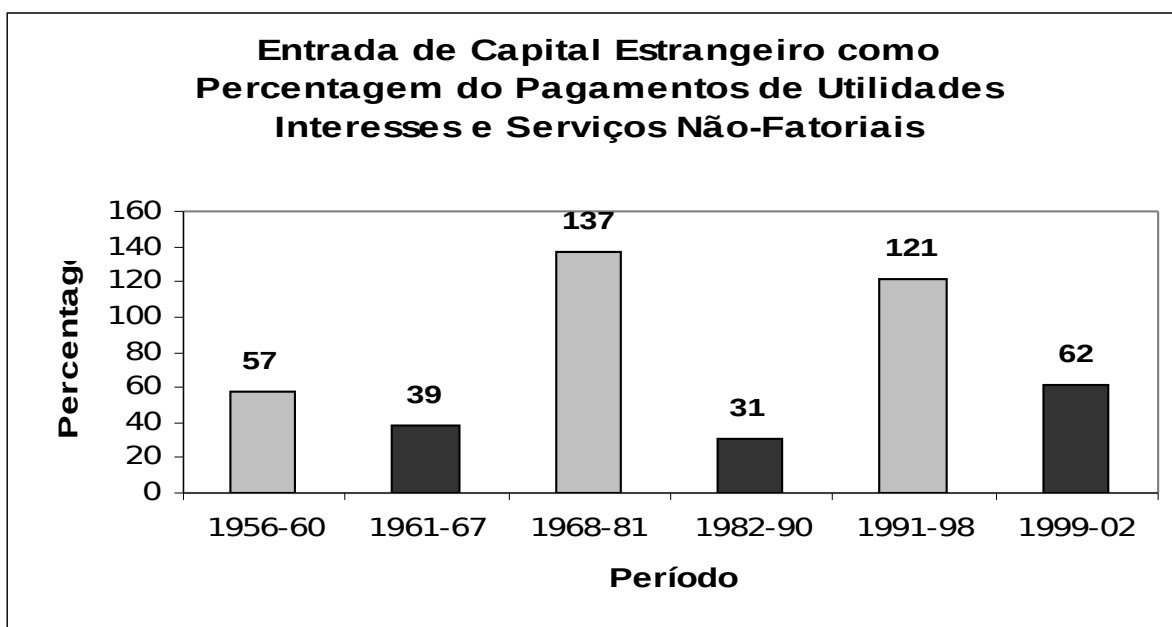
Fonte: Criado pelo autor a partir das séries da CEPAL (1986, 1992 e 2003).

GRÁFICO 4

Fonte: Maddison (2001) e Arrighi (2002)

GRÁFICO 5

Fonte: Maddison (1997) e (2001)

GRÁFICO 6

Fonte: Criado pelo autor a partir das séries da CEPAL (1986, 1992 e 2003).

Exclui-se viagens dos serviços não-fatoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni (1997) *A ilusão do desenvolvimento*. (Petrópolis: Vozes).
- ARRIGHI, G.; SILVER, B.; BREWER, B. 2002 “Industrial convergence and the persistence of the north-south divide”. *Aportes-Revista de la Facultad de Economía de la BUAP*. (Puebla), ano 7, n. 21.
- BAMBIRRA, Vânia (1974) *El capitalismo dependiente latinoamericano*. (México D. F.: Siglo XXI)
- BARAN, Paul. 1986 (1957) *A economia política do desenvolvimento*. (São Paulo: Nova Cultural).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (1988) *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. (Rio de Janeiro: Contraponto)
- BORON, Atilio. (2001) *A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. (Petrópolis: Vozes)
- CAMPOS, Roberto (1963) *Economia, planejamento e nacionalismo*. (Rio de Janeiro: APEC)
- _____. (1967) *Reflections on Latin American development*. (Texas: University of Texas Press).
- CAPUTO, Orlando (2000). *La crisis actual de la economía chilena en los marcos de la globalización de la economía mundial*. Disponível em www.redem.buap.mx. Acesso em 12/2000
- _____. (2001) *La economía de EEUU y de América Latina en las últimas décadas: borrador para la discusión*. (Santiago: CETES).
- CAPUTO O.; PIZARRO, R. (1973) *Dependencia y relaciones internacionales*. (Costa Rica: Educa).
- CARDOSO, C. F.; BRIGÑOLI, H. 1988 (1979) *História econômica da América Latina*. (Rio de Janeiro: Graal).
- CARDOSO, Fernando Henrique (1964) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. (São Paulo: DIFEL).
- _____. (1972) *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL.

- _____. (1973) *Notas sobre Estado e dependência*. São Paulo: CEBRAP.
- _____. (1975) *Autoritarismo e burocratização*. (São Paulo: DIFEL)
- _____. (1995) *As idéias e seu lugar*. (Petrópolis: Vozes)
- _____. (1998) *O presidente segundo o sociólogo*. (São Paulo: Companhia das Letras)
- _____. (2001) *Discurso de Fernando Henrique Cardoso en la recepción del Doctorado Honoris Causa otorgado por FLACSO*. Disponível em <<http://www.flacso.org>>. Acesso em 03/2003
- CARDOSO, F. H.; FALETO, E. (1977) *Post scriptum a “dependencia y desarrollo en América Latina”*. (México D.F.: Siglo XXI).
- CARDOSO, F. H.; SERRA, J. 1978 “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”. *Revista Mexicana de Sociología-UNAM*, (México D. F.), n°. especial.
- CASTAÑEDA, J.; HETT, E. (1978) *El economismo dependientista*. (México D.F.: Siglo XXI).
- CASTRO, A. B.; SOUSA, F. E. (1985) *A economia brasileira em marcha forçada*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- CEPAL (1986) *América Latina y Caribe: balance de pagos 1950-1984*. (Santiago: CEPAL).
- _____. (1990) *Transformación productiva con equidad*. (Santiago: CEPAL)
- _____. (1992) *Anuario estadístico de América Latina*. (Santiago: CEPAL)
- _____. 1998 (1994) “El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad.” en CEPAL (Comp) *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. (Santiago: Fondo de Cultura Económica) v. 2.
- _____. 1998 (1949) “Estudio económico de América Latina en en CEPAL” (Comp) *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. (Santiago: Fondo de Cultura Económica) v. 1.
- _____. (2003) *Anuario estadístico de América Latina*. (Santiago: CEPAL).
- CUEVA, Agustín. 1974 “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”. *Historia y Sociedad*, (México D.F.), n. 3

- DOS SANTOS, Theotônio (1968). *El nuevo carácter de la dependencia*. (Santiago: CESO).
- _____. 1970 “The structure of dependence”. *The American Economic Review*, may .
- _____. (1971) *La crisis norte-americana y América Latina*. (Santiago: Prensa Latinoamericana).
- _____. (1972) *Dependencia y cambio social*. (Santiago: CESO).
- _____. (1977-a) *La crisis del imperialismo y la política externa norteamericana: como entender a Jimmy Carter*. (México D. F.: Ediciones de Cultura Popular).
- _____. (1977-b) *La revolución científico-técnica: tendencias y perspectivas*. (México D.F.: Facultad de Economía UNAM).
- _____. (1978-a) *Imperialismo y dependencia*. (México D.F.: Editorial Era).
- _____. (1978-b) *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. (México D.F.: Edicol).
- _____. (1979) “La cuestión del fascismo en América Latina.” *Cuadernos Políticos*, México D.F., n. 18.
- _____. (1983) *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. (Petrópolis: Vozes).
- _____. (1991) *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. (Petrópolis: Vozes).
- _____. (1994) *Memorial*. (Niterói: Mimeografado).
- _____. (1998) “La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico”. en SEGRERA, Francisco López (comp.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas: UNESCO, 1998
- _____. (2000-a) *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2000-b) “World economic system: on the genesis of a concept”. *Journal of world-systems reseach*. p. 456-477, summer/fall.
- FAJNZYLBER, Fernando (1983) *La industrialización trunca de América Latina*. (México D.F.: Nueva Imagen).

FERNANDES, Florestan 1981-a (1974) *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. (Rio de Janeiro: Zahar).

_____. 1981-b (1968) ***Sociedade de classes e subdesenvolvimento***. (Rio de Janeiro: Zahar).

FIORI, José Luís 2003 (1984). *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. (Rio de Janeiro: Record). Tese de doutorado apresentada à FEA/UFRJ

FRANCO, Gustavo (1999) *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. (São Paulo: Editora 34).

FRANK, A. Gunder 1973 (1969) *América Latina: subdesarrollo o revolución*. (México D. F.: Ediciones Era).

_____. (1977) *Acumulação mundial, 1492-1789*. (Rio de Janeiro: Zahar)

_____. 1980 (1978) *Acumulação Dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. (São Paulo: Brasiliense)

FURTADO, Celso. (1959) *Formação econômica do Brasil*. (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura).

_____. 1968 (1966) *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

_____. (1969) *A formação econômica da América Latina*. (Rio de Janeiro: Lia Editor)

_____. (1997) ***Obra autobiográfica***. 3 v (São Paulo: Paz e Terra).

_____. 2000 (1967) *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. (São Paulo: Paz e Terra).

GERMANI, Gino 1974 (1969) *Sociologia da modernização*. (São Paulo: Mestre Jou).

GOLDENSTEIN, Lídia (1994). *Repensando a dependência*. (São Paulo: Paz e Terra).

MADDISON, Angus 1997 (1995) *La economía mundial 1820-1992: análisis y estadísticas*. (Paris: OECD).

_____. (2001) *The world economy: a millennial perspective*. (Paris: OECD).

MARIÁTEGUI, J. Carlos 1975 (1928) *Sete ensaios sobre a realidade peruana*. (São Paulo: Alfa-Omega).

MARINI, Ruy Mauro (1973). *Dialéctica de la dependencia*. (México D.F: Ediciones Era).

_____. 1977 “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”. *Cuadernos Políticos*, (México D.F.), n. 12.

_____. 1978 “Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra”. *Revista Mexicana de Sociología*, (México D.F.), n. especial.

_____. 1979-a “El ciclo del capital en la economía dependiente” en OSWALD, Úrsula (Comp.). *Mercado y dependencia*. (México D.F.: Nueva Imagen)

_____. 1979-b “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital”. *Cuadernos Políticos*, (México D.F.), n. 20.

_____. 1985 (1969) *Subdesarrollo y revolución*. 12. ed. (México D. F.: Siglo XXI).

_____. (1992) *América Latina: dependência e integração*. (São Paulo: Brasil Urgente).

_____. (1994) “La crisis del desarrollismo”. en MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). ***La teoría social latinoamericana: tomo II, subdesarrollo y dependencia***. (México D.F.: El Caballito)

_____. (1996) “Procesos y tendencias de la globalización capitalista”. en MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). *La teoría social latinoamericana: tomo IV, cuestiones contemporáneas*. (México D.F.: UNAM).

MARTINS, Carlos Eduardo (2003) *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia (USP).

MELLO, João Manuel Cardoso 1990 (1975). ***O capitalismo tardio***. (São Paulo: Brasiliense).

PINTO, Aníbal. 1976 (1967) *Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

PREBISCH, Raúl. 1998-a (1949) “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas” en CEPAL. *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. (Santiago: Fondo de Cultura Económica) V. 1.

_____. 1998-b (1952) “Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico” en CEPAL. *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. (Santiago: Fondo de Cultura Económica) v. 1.

_____. 1998-c (1963) “Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano” en CEPAL. *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, v. 1.

_____. 1998-d (1964) “Hacia una nueva política comercial hacia el desarrollo” en CEPAL. *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, V. 1.

ROSTOW, W.W. 1961 (1960) *As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. (Rio de Janeiro: Zahar)

_____. 1967 (1956) *La economía del despegue hacia el crecimiento autosostenido*. (Madrid: Alianza Editorial).

_____. (1990) *Theorists of the economic growth from David Hume to the present: with a perspective on the next century*. (New York: Oxford University Press).

TAVARES, Maria da Conceição 1976 (1964) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. (Rio de Janeiro: Zahar).

_____ (1978) *O ciclo e a crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Tese para o Concurso de Professor Titular Apresentada à FEA/UFRJ.

_____ 1998 (1974) *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. (Campinas: UNICAMP). Tese de Livre Docência Apresentada à FEA/UFRJ

TAVARES, M. C.; SERRA J. 1998 (1971) “Más allá del estancamiento” en CEPAL. *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. (Santiago: Fondo de Cultura Económica) V. 2.

VALENZUELA Feijóo, Jose. (1990) *Que és un modelo de acumulación ?*. (México D.F.: UNAM)

WALLERSTEIN, I. 1979 (1974) *El moderno sistema mundial I: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. (Madrid: Siglo XXI).

_____. (1995) *After liberalism*. (New York: The New Press).

_____. (1996) “Underdevelopment and its remedies” en CHEW, S.; DENEMARK, R. (Comp.). *The underdevelopment of development: essays in honor of Andre Gunder Frank*. London: Sage, 1996. p. 355-361.

_____. (1999) *The end of the world as we known it*. (Minneapolis: University of Minnesota Press).

_____. (2000) *The essential Wallerstein*. (New York: The New Press)

WILLIAMSON, John. (1990) *Latin American adjustment: how much has happened?*. (Washington D.C.: Institute for International Economics)

WEFFORT, Francisco 1978 (1971) “Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional” en WEFFORT, F. (Comp.) *O populismo na política brasileira*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra)